

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Beatriz Vasconcelos Franzen:** 1808: muitas razões para se refletir e muitos mitos para se deixar de lado

PÁGINA 11 | **Maria Emilia Prado:** Escravidão, concentração fundiária e concepção senhorial do mundo: expressões mais fortes da colonização

PÁGINA 13 | **István Jancsó:** Período Joanino: euforias x tensões

PÁGINA 15 | **Lucília Siqueira:** O Brasil de hoje: nossas mazelas não são culpa do período da Independência

PÁGINA 17 | **Robert Rowland:** A vinda da Corte: determinante na concepção da função do Estado de civilizar os trópicos e fundar a nação

PÁGINA 19 | **Arno Wehling:** Antigas estruturas sociais permanecem no Brasil de hoje

PÁGINA 21 | **Lorelai Kury:** Um retrato do pitoresco brasileiro

PÁGINA 23 | **Fábio Kühn:** Rio Grande do Sul: uma fronteira para o expansionismo joanino

PÁGINA 25 | **Jurandir Malerba:** Corte Portuguesa x sociedade fluminense: uma relação de interesses?

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 28 | **Eduardo Carrion:** Rio Grande do Sul: “Existe uma crise de legitimidade”

» Entrevista da Semana

PÁGINA 30 | **Affonso Romano de Sant’Anna:** O que fazer com o país que nos deram?

» Filme da Semana

PÁGINA 34 | *O sonho de Cassandra*, de Woody Allen

» Invenção

PÁGINA 36 | **Daniela Osvald Ramos**

» Destaques On-Line

PÁGINA 39 | **Destaques On-Line**

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 43 | **Liz Beatriz Sass:** Nós e a natureza: (re) construindo vínculos a partir de uma Ecocidadania

PÁGINA 45 | **Denis Gerson Simões:** Como a publicidade consolidou a fé cristã

» Perfil Popular

PÁGINA 48 | **Gerson Antonio da Silva**

» Perfil Popular

PÁGINA 50 | **Yeda Swirski de Souza**



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

1808: muitas razões para se refletir e muitos mitos para deixar de lado

Beatriz Vasconcelos Franzen afirma que, com a vinda da Corte Portuguesa em 1808, o Brasil passou a ser favorecido por essa presença, que fez com que o país se transformasse no centro de poder

POR MOISÉS SBARDELOTTO E PATRICIA FACHIN

Se há muitas razões para se comemorar pela data de 1808, não é em termos de festas, mas no sentido de se fazer uma análise a respeito da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Essa é a opinião da historiadora Beatriz Vasconcelos Franzen. “A pesquisa histórica nos dias de hoje tem condições de chegar o mais próximo possível daquilo que realmente aconteceu, sem estarmos vinculados a ideologias, a idéias preconcebidas, ou coisas da imaginação popular”, explica.

Nesta entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, Beatriz afirma que é necessário deixar de lado os mitos e as representações exageradas desse período da história do Brasil. “Hoje, podemos pensar o Brasil não mais como uma colônia que se libertou, mas como um país soberano, que tratou Portugal de igual para igual, sabendo-se que ambos os países poderiam aprender um com o outro”, defende.

Beatriz Vasconcelos Franzen é graduada em História e Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutora na mesma área, pela Universidade de Lisboa, Portugal. Atuou como docente no PPG em História da Universidade de Lisboa e na Unisinos.

IHU On-Line - Há 200 anos, a família real portuguesa deixou Portugal, em razão do avanço das tropas de Napoleão sobre a Península Ibérica, e aportou no Brasil. Essa viagem foi mais uma fuga medrosa dos riscos que poderiam advir ou uma transferência baseada em um projeto político de mudança do centro de poder monárquico?

Beatriz Vasconcelos Franzen - A história do Brasil é cercada de mitos, e um deles está relacionado à vinda da família real para o Brasil. Geralmente, é apresentado que D. João¹ fugiu

com a Corte de Portugal. É claro que isso aconteceu, mas não se deve dar uma conotação pejorativa para esse fato. Se um bandido entra em nossa casa pela porta da frente, e temos a possibilidade de sair pelos fundos, não sairíamos? O mesmo aconteceu com D. João. Na verdade, ele saiu de Portugal depois de uma hesitação muito grande. Só tomou uma atitude definitiva no dia 24 de novembro de 1807, e, no dia 27, aconteceu o embarque para o Brasil. Entretanto, essa situação já vinha se desenvolvendo desde 1801, quando Napoleão assumia maior poder e a França se expandia. Esta passou, então, a impor a Portugal o rompimento com a Inglaterra. A saída de D. João

transformou-o num rei invulgarmente culto para a época. (Nota da **IHU On-Line**)

e sua Corte para o Brasil faz parte de todo um contexto. Nele, está principalmente o crescimento do poderio da França e sua imposição às demais nações européias, principalmente Portugal, que, em 1807, é o único país a dar entrada à Inglaterra de modo a seus produtos poderem penetrar na Europa. Além do mais, a França perdeu, em outubro de 1805, com a Batalha de Trafalgar,² todo e qualquer acesso ao mar. A vitória inglesa nessa batalha acabou com a esquadra francesa. De modo que Napoleão,³ de uma forma ou

2 A Batalha de Trafalgar: foi uma batalha naval que ocorreu entre a França e Espanha contra a Inglaterra, em 21 de outubro de 1805, na era napoleônica, ao largo do cabo de Trafalgar, na costa espanhola. O cabo de Trafalgar fica ao sul de Cádiz, na costa atlântica espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Napoleão Bonaparte (1769-1799): foi Impe-

de outra, queria resistir à Inglaterra. E a única forma que ele encontrou, naquele momento, foi o bloqueio continental. Entretanto, Portugal continuou tentando manter uma política de neutralidade, desenvolvida por D. João desde 1801. Na verdade, Portugal não podia viver sem a Inglaterra, da mesma forma que esta precisava dos portos portugueses naquele momento. Não era possível Portugal se submeter àquilo que Napoleão estava querendo. Como Napoleão se deu conta que D. João não estava fechando os portos aos navios ingleses, ou expulsando-os de seu território, ou mesmo confiscando seus bens existentes em Portugal, ele resolveu tomar uma atitude, apoiado pela Espanha – cujo rei era sogro de D. João, pai de Carlota Joaquina.⁴ Entretanto, em 27 de outubro de 1807, um mês antes da viagem, França e Espanha assinavam um acordo, o Tratado de Fontainebleau,⁵

radador da França de 18 de Maio de 1804 a 6 de Abril de 1814, posição que voltou a ocupar rapidamente de 20 de março a 22 de junho de 1815. Além disso, conquistou e governou grande parte da Europa central e ocidental. Napoleão nomeou muitos membros da família Bonaparte para monarcas, mas eles, em geral, não sobreviveram à sua queda. Foi um dos chamados “monarcas iluminados”, que tentaram aplicar à política as idéias do movimento filosófico chamado Iluminismo. Napoleão Bonaparte tornou-se uma figura importante no cenário político mundial da época, já que esteve no poder da França durante 15 anos e nesse tempo conquistou grandes partes do continente europeu. (Nota da IHU On-Line)

4 **Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon** (1775-1830): foi infanta de Espanha, princesa do Brasil e rainha de Portugal por seu casamento com D. João VI. Ficou conhecida como *A Megera de Queluz*, pela sua personalidade forte e porque escolheu viver no Palácio de Queluz, nos arredores de Lisboa. Por ser descartada das decisões muitas das vezes, Carlota Joaquina organizou à sua volta um partido com o objetivo de tirar as rédeas do poder ao príncipe regente, prendendo-o e declarando-o incapaz de cuidar dos assuntos do Estado, tal como sua mãe. (Nota da IHU On-Line)

5 O **Tratado de Fontainebleau**: foi um acordo secreto assinado por França e Espanha em 27 de outubro de 1807. Em 1806, depois do fracasso na tentativa de invasão à Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental. Portugal, tradicional aliado da Inglaterra, negou-se a acatá-lo. Napoleão então decide invadir Portugal. Mas, para isso, Napoleão precisava levar as suas tropas até o território português. Então, em 27 de Outubro de 1807, Manuel de Godoy, o *Príncipe da Paz*, e Napoleão Bonaparte firmam o Tratado de Fontainebleau, pelo qual se permitia a passagem de tropas francesas pelo território espanhol a fim de invadir Portugal e se estabelecia a divisão

pelo qual a Espanha permitia que as tropas francesas passassem pelo território espanhol para ir atacar Portugal. E Napoleão, nessa mesma ocasião, dizia que a dinastia de Bragança, que governava Portugal, estava extinta. Ele estava fazendo com Portugal o que já fizera com outros países da Europa, com Nápoles, com a Etrúria, onde depôs os soberanos e colocou seus irmãos e suas irmãs no trono. Pelo Tratado de Fontainebleau, Portugal seria invadido pelas tropas francesas e dividido em três partes: o sul ficaria com a Espanha, no norte seria criado um novo Estado, chamado de Lusitânia, e a maior parte do território ficaria para a França. A dinastia seria extinta, e Napoleão acabaria, portanto, com a coroa portuguesa, assumindo o comando da maior parte do território. No dia 24 de novembro, Lord Strangford,⁶ que era o representante inglês em Portugal, levou a D. João um exemplar do *Le Moniteur*,⁷ que era o jornal da corte de Napoleão, em que estava o Tratado de Fontainebleau com todas as determinações de Napoleão e mais suas declarações de que a dinastia de Bragança estava extinta. Foi então que D. João tomou a decisão definitiva.

IHU On-Line - Historiadores afirmam que a intenção de D. João era garantir a manutenção da monarquia portuguesa e da unidade do império frente ao desafio do avanço napoleônico. Por que a reação de D. João, nessa conjuntura, foi a de vir para a colônia do Brasil? Foi, em termos históricos, uma decisão acertada?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Essa idéia de transferir a Corte para o Brasil há muito tempo era levantada em Portugal, desde o século XVI. Já D. Antô-

nio,⁸ prior do Crato, tinha pensado em instalar, aqui no Brasil, a coroa portuguesa, no momento em que Filipe II⁹ assumiu o governo de Portugal, dando início à União Ibérica, em 1580. Antônio Vieira¹⁰ levantou essa mesma hipótese a D. João IV¹¹ quando a situação era difícil após a separação de Portugal e Espanha. Na época do terremoto, o próprio Marquês de Pombal¹² che-

8 **Antônio I de Portugal** (1531-1595): segundo alguns historiadores, rei de Portugal (durante um breve espaço de tempo em 1580, no continente, e desde então até 1583, confinado aos Açores). Não consta geralmente na lista de reis de Portugal, contudo é historicamente correto incluí-lo, pois não foi só aclamado rei, como reinou de fato, durante um curto período. Em 24 de julho de 1580 de 1580, D. Antônio era aclamado rei de Portugal pelo povo, no castelo de Santarém, durante a preparação para a esperada invasão espanhola. D. Antônio pediu ao povo que o aclamasse apenas regedor e defensor do reino, mas já o povo rejubilava. (Nota da IHU On-Line)

9 **Filipe II de Espanha** (1527-1598): foi Rei de Espanha, entre 1556 e a sua morte, e Rei de Portugal, a partir de 1580. Culto, cuidadosamente educado, estudou humanidades, ciências, religião, moral, belas-artes. Falava latim, francês e português (como língua materna), compreendia italiano, e demonstrou grande interesse por arquitetura e música. Desde os 12 anos, foi preparado para os assuntos do Governo e aos 16 anos ficou encarregado da regência dos reinos da Espanha, enquanto o pai administrava o alquebrado Santo Império Romano Germânico. (Nota da IHU On-Line)

10 **Antônio Vieira** (1608-1697): padre jesuíta, diplomata e escritor português. Veio para o Brasil em 1915 e logo começou seus estudos no Colégio dos Jesuítas. Mais tarde ingressou na Companhia de Jesus. Foi um grande orador sacro. Desenvolveu expressiva atividade missionária entre os indígenas do Brasil procurando combater a sua escravidão pelos senhores de engenho. Em 1641, voltou a Portugal onde exerceu funções políticas como conselheiro da Corte e embaixador de D. João IV principalmente no que se referia às invasões holandesas do Brasil. Retornou ao Brasil em 1652, tendo estado no Maranhão, onde fez acusações aos senhores de engenho escravocratas na defesa da liberdade dos índios. Foi expulso do país, juntamente com outros jesuítas. Envolveu-se, posteriormente, com a Inquisição e chegou a estar detido por um ano. Voltou ao Brasil em 1681, para a Bahia, onde veio a falecer anos mais tarde, no Colégio de Salvador. Ele foi tema da revista *IHU On-Line* 244, de 19-11-2007, intitulada *Antônio Vieira. Imperador da língua portuguesa*. (Nota da IHU On-Line)

11 **D. João IV de Portugal e II de Bragança** (1604 -1656): foi o vigésimo primeiro Rei de Portugal, e o primeiro da quarta dinastia, fundador da dinastia de Bragança. (Nota da IHU On-Line)

12 **Sebastião José de Carvalho e Melo**: mais conhecido como Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras, (1699-1782) foi um nobre e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino (primeiro-ministro) do Rei D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas

de Portugal e suas dependências por ambos os signatários. (Nota da IHU On-Line)

6 **Percy Clinton Sydney Smythe**: sexto visconde de Strangford, também conhecido como Lorde Strangford, (1780-1855) foi um diplomata irlandês, embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em Lisboa à época das guerras decorrentes da invasão Napoleônica na península ibérica. (Nota da IHU On-Line)

7 **Le Moniteur Universel**: foi um jornal francês, fundado em Paris, em 1789. Foi o principal jornal durante a Revolução Francesa e, também, durante muito tempo o jornal oficial do governo francês. Por vezes, uma publicação de propaganda, no âmbito do regime napoleônico. O jornal deixou de ser publicado em 1868. (Nota da IHU On-Line)

gou a levantar essa hipótese. Quando ocorreu a Guerra dos Sete Anos¹³ — as famosas guerras dos Pactos de Família, quando a Espanha ameaçou invadir Portugal em 1762 —, mais uma vez o Marquês de Pombal tinha levantado a hipótese de D. José, o rei português da época, vir para o Brasil. Portugal era o império. Onde estivesse a coroa e a Corte, em Lisboa ou qualquer outro lugar, ali era o centro de poder. Por que aqui no Brasil era melhor? Porque não era tão longe como Goa¹⁴ — de onde seria muito difícil de voltar —, nem tão perto quanto os Açores¹⁵ e a Madeira,¹⁶ que poderiam ser atacadas. O

da História Portuguesa. Representante do Despotismo iluminado em Portugal no século XVIII, viveu num período da história marcado pelo iluminismo, tendo desempenhado um papel fulcral na aproximação de Portugal à realidade econômica e social dos países do Norte da Europa, mais dinâmica do que a portuguesa. Iniciou com esse intuito várias reformas administrativas, econômicas e sociais. (Nota da IHU On-Line)

13 A Guerra dos Sete Anos abrange conflitos internacionais que ocorreram entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França, a Áustria e seus aliados (Saxônia, Rússia, Suécia e Espanha), de um lado, e a Inglaterra, a Prússia e Hannover, de outro. Vários fatores desencadearam a guerra: a preocupação das potências europeias com o crescente prestígio e poderio de Frederico II, o Grande, Rei da Prússia; as disputas entre a Áustria e a Prússia pela posse da Silésia, província oriental alemã, que passara ao domínio prussiano em 1742 durante a guerra de sucessão austríaca; e a disputa entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial e marítimo das colônias das Índias e da América do Norte. Foi o primeiro conflito a ter caráter mundial, e o seu resultado é muitas vezes apontado como o ponto fulcral que deu origem à inauguração da era moderna. (Nota da IHU On-Line)

14 Goa: estado da Índia. Situa-se entre Maharashtra a norte e Karnataka a leste e sul, na costa do Mar da Arábia, a cerca de 400 km de Bombaim. É o menor dos estados indianos em território e quarto menor em população, e o mais rico em PIB per capita da Índia. A sua língua oficial é o concani, mas ainda existem pessoas neste estado que falam português. Goa, a partir de 1510, foi a capital do Estado Português da Índia, tendo sido invadida pela União Indiana em 1961. (Nota da IHU On-Line)

15 Açores: oficialmente designados por Região Autónoma dos Açores, são um arquipélago transcontinental e um território autónomo da República Portuguesa, situado no Atlântico nordeste, dotado de autonomia política e administrativa consubstanciada no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. (Nota da IHU On-Line)

16 Madeira: oficialmente designada por Região Autónoma da Madeira, é um território português dotado de autonomia política e administrativa através do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, previsto na Constituição da República Portuguesa. (Nota da IHU On-Line)

Brasil era longe o suficiente para se ter segurança, mas perto necessariamente para voltar. Além disso, era o país mais importante naquele momento, que sustentava o Império. Então, havia muito mais razão em vir para cá do que ficar lá e esperar para ser destituído e desonrado. D. João fez aquilo que naquele momento era o mais válido. Tanto é que Napoleão, nas suas memórias, escreve: “Foi o único que me enganou”. E, realmente, D. João não deixou que a dinastia desaparecesse. É uma pena que Napoleão tenha morrido em 1821. Podia ter esperado mais um ano, então chegaria à conclusão de que aquela dinastia que considerava extinta estava com duas coroas: a de Portugal, com D. João VI, e a do Brasil independente, na figura de D. Pedro.

IHU On-Line - Quem perdeu com a saída da Corte de Lisboa e quem ganhou com a sua instalação no Rio de Janeiro?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Quem perdeu com a saída da Corte foi o povo. Aqueles que não puderam sair de Lisboa viveriam um período muito difícil. Portugal foi invadido três vezes pelos franceses, e nas três vezes os portugueses os expulsaram, com o apoio da Inglaterra. Mas, em 1811, Portugal já estava livre dos franceses. Mas a verdade é que D. João não queria mais voltar a Portugal. Ele sentiu-se maravilhosamente bem aqui. Ele conseguiu na colônia uma segurança que não tinha em Portugal. Os ares eram muito bons, fizeram bem até para sua saúde. A esposa, que vivia incomodando, ficou num lugar, e ele noutro. Aqui, ela não contava com o apoio de ninguém. Ele chamou novamente, para junto de si, Rodrigo de Souza Coutinho,¹⁷ que se transformou no ministro dos negócios estrangeiros e da guerra. Além de tudo, Rodrigo não deixava Carlota se aproximar muito de D. João, ou seja, não permitia que ela exercesse influência junto à Corte.

Benefícios para o Brasil

A presença de D. João na colônia só trouxe vantagens para o Brasil, a

17 Rodrigo Domingos de Souza Coutinho (1755-1812): primeiro Conde de Linhares, militar e político português. (Nota da IHU On-Line)

“Se um bandido entra em nossa casa pela porta da frente, e temos a possibilidade de sair pelos fundos, não sairíamos? O mesmo aconteceu com D. João”

começar pelos comerciantes da Bahia. Sempre se diz que a abertura dos portos favoreceu a Inglaterra. Mas favoreceu também os comerciantes brasileiros, e muito. Tanto é que, quando D. João chegou à Bahia, José da Silva Lisboa¹⁸, futuro visconde de Cairu, apresentou um memorial dos comerciantes baianos ao rei pedindo a abertura dos portos. Isso representou o fim do pacto colonial e a liberdade econômica para o comércio brasileiro, até então restringido pelo pacto. Portugal queria que o príncipe voltasse à Lisboa, para que o Brasil retornasse à sua condição de colônia. Enquanto isso, ele montou toda uma estrutura de um país independente e trouxe para cá a estrutura que tinha lá.

IHU On-Line - Nas comemorações em torno de 1808, destaca-se muito as melhorias tomadas por D. João, como a criação da Impressão Régia, a abertura dos portos e a fundação do Banco do Brasil. Junto com isso, houve também um aumento da importação de escravos africanos e o massacre de povos indígenas que habitavam capitanias vizinhas ao Rio. Qual foi o impacto das mudanças implantadas por D. João para o Brasil colônia?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Em 1807, o parlamento inglês proibiu o tráfico negreiro. E, logicamente, como potência poderosa que dominava os mares, ele queria impor essa proibição a todos os países. Os Estados Unidos, já independentes, e a Dinamarca

18 José da Silva Lisboa (1756-1835): visconde de Cairu, economista, jurista, publicista e político brasileiro, ativo na época da Independência do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

“Carlota, ainda em Portugal, antes da vinda para o Brasil, se achava muito acima dos nobres portugueses ou mesmo da realeza portuguesa, porque era uma Bourbon”

proibiram o tráfico negreiro. Quando D. João chegou ao Brasil, estava em discussão tal questão, trazida como uma das exigências da Inglaterra para o Brasil. Lógico, não interessava para a Inglaterra que o Brasil continuasse a usar mão-de-obra escrava, na medida em que ela vivia a primeira fase da Revolução Industrial e precisava de trabalhadores remunerados. O que fez D. João? Ele sabia que não podia fazer isso. Toda a economia brasileira dependia dessa mão-de-obra. Ele não podia ir contra os mercadores, os grandes comerciantes, os traficantes, contra toda uma estrutura econômica que dependia dos escravos. Ao mesmo tempo, não podia abolir o tráfico negreiro e nem contrariar a Inglaterra. Então, D. João (que não era tão ingênuo quanto parece nem tão tolo; era, aliás, bastante astucioso) determinou a seu ministro que tomasse as medidas necessárias para fazer uma gradual abolição do tráfico negreiro em todas as áreas da África fora dos domínios portugueses. As colônias portuguesas respeitariam uma gradual abolição do tráfico negreiro, mas desde que fosse fora delas. Naquele momento, o tráfico negreiro e a escravidão no Brasil eram fundamentais para a economia, e ele não podia desestruturar a economia. Naquele momento, ele não podia tomar outras medidas.

IHU On-Line - O que a chegada da Corte transformou na vida, nos costumes e nos hábitos dos moradores e da sociedade em geral da colônia Brasil?

Beatriz Vasconcelos Franzen - A mudança foi efetivamente muito grande. Em primeiro lugar, eles foram desalojados das suas casas para dar lugar à população que estava chegando. Não se sabe ao certo, até hoje, quantos vieram. Alguns historiadores falam

em 10 mil, outros em 15 mil pessoas. Esses novos moradores precisavam de casas, então começou a se desalojar os integrantes da colônia. Colocavam nas portas das casas um “P.R.”, que significava “Príncipe Regente”. E os brasileiros, já na época muito irônicos, chamavam de “Propriedade Roubada” (*risos*). Quando D. Carlota Joaquina chegou, acompanhada das damas da Corte, o navio tinha sofrido um ataque de piolhos, e todo mundo foi obrigado a raspar as cabeças. E ela, para desembarcar, arrumou uma espécie de turbante na cabeça. E, no Rio de Janeiro, as senhoras ficaram encantadíssimas com a nova moda, a moda dos turbantes (*risos*). Então, todo mundo passou a usá-los, porque a rainha usava. Os costumes e hábitos mudaram consideravelmente. Imagine a presença do príncipe-regente numa colônia. Era algo completamente novo, absolutamente diferente. Tudo isso mudou os hábitos e os costumes, que foram, conseqüentemente, reformulados, de acordo com as necessidades. Mesmo a Corte sofreu muito com as mudanças: o clima, a alimentação, o problema do calor que eles não estavam habituídos. Tudo isso causou problemas graves para que essa população pudesse se adaptar.

IHU On-Line - Em 1821, 13 anos após a chegada ao Brasil, a família real retorna a Portugal. Que mudanças esse retorno implica para a então colônia à beira da Independência e para o império?

Beatriz Vasconcelos Franzen - É precisamente o período pré-independência. Na medida em que D. João se vê na contingência de voltar para Portugal, as cortes impõem e começam a tomar uma série de medidas, visando fazer o Brasil retornar à sua condição de colônia. Foram essas atitudes por

parte das cortes portuguesas — e cortes liberais, não cortes absolutistas — que obrigaram D. João a retornar, em razão da revolta liberal, a Revolta do Porto. Ele chegou a Portugal e jurou uma constituição liberal. Eram as cortes liberais que estavam tentando restabelecer a colônia no Brasil. Justamente contra isso, no Brasil, existiu uma revolta. É preciso levar em consideração também que aqui havia portugueses, e estes eram favoráveis à situação de antes. É lógico que o liberalismo ainda estava apenas no começo. E os príncipes, mesmo quando liberais, bastante versados nos autores liberais, tendo lido Rousseau¹⁹ e mais outros, são príncipes. D. Pedro, por exemplo, sempre dizia o seguinte: “Liberdade é um presente e não um direito dos povos”. Essa é a idéia da liberdade. Daí as cartas outorgadas: “Posso dar a liberdade, mas é um presente do rei, não é um direito do povo”. Na verdade, o país estava pronto, com toda uma estrutura. O Brasil era um reino efetivamente e bastava se separar. Se é verdade ou não aquilo que D. João teria dito a D. Pedro, sobre colocar a coroa na cabeça antes que qualquer outro o fizesse, a verdade é que a própria presença do príncipe aqui e as atitudes das cortes de Lisboa, exigindo que ele voltasse a Portugal, tratando-o como se fosse uma criança, fizeram com que ele fosse trabalhar pela Independência.

IHU On-Line - Dois séculos depois, como podemos pensar nos efeitos do governo de D. João na realidade atual? O que temos no Brasil de hoje que é consequência da presença de D. João no Brasil colônia? Há razões para se comemorar a data?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Sob

¹⁹ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).

meu ponto de vista, temos muitas razões para comemorar, não no sentido de festas, mas no sentido de se fazer toda uma análise, uma reflexão, a respeito desse período. A pesquisa histórica, nos dias de hoje, tem condições, graças à tecnologia e aos novos estudos, de chegar o mais próximo possível daquilo que realmente aconteceu, sem estarmos vinculados a ideologias, idéias preconcebidas, ou coisas da imaginação popular. Hoje, podemos pensar o Brasil não mais como uma colônia que se libertou, mas como um país soberano, que tratou Portugal de igual para igual, sabendo-se que ambos os países poderiam aprender um com o outro. É importante comemorar, porque, nessas oportunidades, há condições para se começar a fazer trabalhos, estudos, pesquisas. Isso é muito importante. A meu ver, por exemplo, foi um erro imenso não se ter feito isso em relação à descoberta do Brasil, em 2000. A pesquisa histórica re-analisa, dentro de novos parâmetros, novos princípios, novos valores, o que efetivamente aconteceu. A comemoração é um momento para refletir, pensar, trabalhar sobre esse tema, e não para fazer festinhas.

IHU On-Line - Um livro que se tornou popular nos últimos tempos é o escrito pelo jornalista Laurentino Gomes, intitulado *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Qual é a sua análise desse estereótipo sugerido pelo autor a respeito dos principais personagens da época?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Na realidade, eles representam um momento da história do Brasil, que, depois, os próprios historiadores brasileiros queriam renegar no período da colônia. Então, precisavam mostrar aqueles príncipes e aqueles reis como figuras negativas. Mas não há por que fazer isso. Quanto à rainha louca, realmente, ela já apresentava sinais de demência. Em 1792, fazia quatro anos que D. João se tornara o príncipe herdeiro, aos 21 anos de idade. Ele não era o príncipe herdeiro, porque tinha

um irmão seis anos mais velho, que morreu aos 27 anos, de varíola. Então, o segundo filho geralmente não tinha a mesma educação do herdeiro do trono, que tinha uma educação cuidada, já que era o futuro rei. O livro *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008), de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, diz que D. João representava a reserva biológica da família real portuguesa. As famílias reinantes geralmente tinham uma reserva biológica para fazer os filhos se casarem com outras coroas, outros países, porque possibilitava alianças. D. João era o filho segundo e estava sendo preparado para casar com alguma princesa e com isso fazer alguma aliança, como realmente aconteceu. Ele, com 18 anos, casou-se com Carlota Joaquina, filha mais velha de Carlos IV,²⁰ da Espanha, que tinha dez anos de idade, em 1785, ano do casamento. No ano seguinte, o pai de D. João morre. E, três anos depois, morre seu irmão, o herdeiro do trono. Ele não estava preparado para assumir a condição de príncipe herdeiro. Mas o pior é que, em 1792, a rainha já apresentava sinais de insanidade. Ela ficou totalmente desesperada quando morreu o marido e depois o filho. E o Conselho de Estado sugeriu a D. João que ele assumisse a regência. Nesse ano, na França, Luís XVI²¹ estava sendo aprisionado, e a República, sendo instaurada. Em janeiro de 1793, Luís XVI foi guilhotinado. O mundo, com isso, parece ter vindo abaixo. D. João, sem maior preparo, seria regente de janeiro de 1792 até 1816, quando morreu a mãe. Pouco antes de ele decidir vir para a colônia, os ministros chegaram a sugerir a vinda de D. Pedro, na época com nove anos, então herdeiro do trono, para proteger a dinastia. E D. João foi conversar com a mãe, que tinha às vezes uns lapsos de lucidez. E ela, louca, disse para ele uma coisa importantíssima: “Ou vão todos, ou não vai ninguém”. Quer di-

zer, louca é meio relativo.

IHU On-Line - Carlota Joaquina ficou conhecida como alguém que odiava o Brasil, a ponto de não querer levar nem o pó daqui em seus sapatos. Também é vista como uma defensora dos domínios espanhóis na América, uma esposa infeliz, uma mulher que não se dobrava diante de ninguém, uma amante enlouquecida. Qual a importância e a influência dela no contexto político e social daquela época?

Beatriz Vasconcelos Franzen - Carlota é, talvez, nesse período, a personagem mais mitificada. Ela é maquiavélica, ambiciosa, insuportável, adúltera. No entanto, não existe nenhuma prova disso. Patrick Wilcken, no seu livro *O Império à deriva*,²² comenta a respeito do tema do adultério e das traições conjugais e diz o seguinte: “Esse tema ficou ligado à mitologia de Carlota, mas, no cômputo final, são poucos os indícios sólidos capazes de comprovar suas escapadas, num ou noutro sentido”. Não existem dúvidas de que alguns dos filhos de D. João não seriam dele, os três últimos principalmente. Porque, em 1802, ele teria confessado que não tinha mais relações com a esposa. Desde 1805, eles viviam separados. O rompimento foi definitivo depois da tentativa de ela derrubá-lo, a fim de assumir a regência. E eles tiveram três filhos, que são dessa época. D. Miguel²³ nasceu em 1802. Se eles já estavam separados em 1802, talvez D. Miguel não fosse filho deles. Agora, as duas últimas princesas, a Maria da Assunção e a Ana de Jesus Maria, não são filhas dele. Porque, se tiveram um rompimento definitivo em 1805, e todas as duas nasceram depois de 1805, é claro que não são filhas dele.

Ela, ainda em Portugal, antes da vinda para o Brasil, se achava muito acima dos nobres portugueses ou mesmo da realeza portuguesa, porque era uma Bourbon. Os Bourbon eram os

20 Carlos IV (1748-1819): rei da Espanha de 14 de dezembro de 1788 até abdicar, em 1808, em favor do filho Fernando VII. (Nota da IHU On-Line)

21 Luís XVI de Bourbon (1754-1793): rei da França de 1774 a 1791, executado em Paris. (Nota da IHU On-Line)

22 WILCKEN, Patrick. *Império à deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2005). (Nota da IHU On-Line)

23 Dom Miguel I de Bragança (1802-1866): terceiro filho do rei Dom João VI de Portugal e e irmão mais novo do Imperador D. Pedro I do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

mais importantes de todas as famílias reinantes na Europa: descendiam de Luís XIV, Luís XV etc. E ela é Bourbon pelos dois lados. Seu pai, Carlos IV descende diretamente do neto de Luís XIV, que foi Filipe V da Espanha.²⁴ Pelo lado da mãe, Margarida de Parma,²⁵ a avó dela era filha de Luís XV. É possível imaginar o que é uma pessoa nascer numa corte que descende diretamente dos Bourbon franceses? E Carlota foi bem preparada, em termos de princesa da época: sabia dançar, cantar, pintar, tinha adoração por equitação, por caça, inclusive sofrendo um acidente que a fez ficar com uma perna mais curta. Isso dará um problema muito sério, porque a coitada não era bonita, de forma nenhuma (*risos*). Ela era uma absolutista. Os liberais não podiam gostar dela, é evidente. Entretanto, os absolutistas a colocavam nos altares, porque defendia aquilo que acreditava. Então, como queriam que ela fosse? Que de um dia para o outro mudasse tudo? Não, defendeu e lutou até o fim, inclusive contra o marido, para o absolutismo se reestabelecer em Portugal. Depois de sua volta, ela fez duas revoluções junto com o filho D. Miguel, para que D. João renegasse o liberalismo que ele havia votado na Constituição de 1822, em Portugal. Ela também achava que tinha o apoio da Corte Espanhola, mas na verdade não tinha. Porque, quando pediu o apoio do pai, ao conspirar contra D. João em 1805, ele negou-lhe total apoio. Mas ela era sempre “a” princesa, a infanta espanhola. No entanto, quando veio para o Brasil, Carlota não contava com mais ninguém. Logo depois que ela chega ao Brasil, em maio de 1808, Napoleão chamou o rei Carlos IV, que tinha abdicado por causa de uma revolta dentro da Espanha em favor do próprio filho, e Fernando VII,²⁶ ir-

24 Filipe V de Espanha (1683-1746): conhecido como Filipe de Anjou antes da sua subida ao trono espanhol, era neto do rei francês Luís XIV, tendo governado a Espanha entre 1700 e 1746, bem como os reinos de Nápoles e da Sicília. Foi o primeiro Bourbon a governar a Espanha. (Nota da IHU On-Line)

25 Margarida de Parma (1522-1586): filha ilegítima de Carlos V, Imperador do Santo Império, duquesa e consorte de Parma e regente dos Países baixos de 1559 a 1567. (Nota da IHU On-Line)

26 Fernando VII (1784-1833): rei espanhol, filho de Carlos IV e Maria Luísa de Parma. (Nota da IHU On-Line)

“Esses novos moradores precisavam de casas, então começou a se desalojar os integrantes da colônia. Colocavam nas portas das casas um ‘P.R.’, que significava ‘Príncipe Regente’. E os brasileiros, já na época muito irônicos, chamavam de ‘Propriedade Roubada’”

mão de Carlota, para uma reunião em Bayon. Lá, Napoleão obrigou Carlos, o pai, a anular a abdicação que tinha feito em favor do filho e a abdicar em favor do irmão de Napoleão, José Bonaparte.²⁷ Napoleão tirou José Bonaparte do trono de Nápoles e trouxe para o trono da Espanha. Foi a total desmoralização dos reis espanhóis. E mais: Napoleão aprisionou Carlos IV, Fernando VII,²⁸ Maria Luísa²⁹ e todos os demais irmãos de Carlota Joaquina na França. Carlota era a única da família real que estava livre, porque veio para o Brasil com D. João. É por esse motivo que, a partir desse momento, ela passou a defender as colônias espanholas. Ela quis assumir a regência

27 José Bonaparte (1768-1844): nobre corso, figura da corte imperial da França, irmão mais velho de Napoleão Bonaparte. (Nota da IHU On-Line)

28 Fernando VII (1784-1833): rei espanhol, filho de Carlos IV e Maria Luísa de Parma. (Nota da IHU On-Line)

29 Maria Luísa de Parma (Maria Luísa de Bourbon): princesa de Parma e rainha da Espanha por ter-se casado com Carlos IV, em 1765. (Nota da IHU On-Line)

das colônias espanholas, porque era a única representante da família. Acabou se envolvendo com as questões da América Espanhola e com a questão do trono espanhol, na tentativa de fazer com que os seus direitos fossem reconhecidos. E precisava lutar contra os portugueses que queriam aproveitar-se da situação dela para dominar o Rio da Prata. No livro *Carlota Joaquina na corte do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), Francisca Nogueira de Azevedo trabalhou só a correspondência da princesa. Ela conseguiu reunir cerca de 1.500 cartas e mostrou a correspondência de Carlota com as lideranças aqui na América, os vice-reis. Ela chegou ao ponto de, para auxiliar os espanhóis aqui na América, dar todas as jóias que tinha para ajudar a comprar armamentos e todo o necessário para a luta pela preservação dos direitos espanhóis nas colônias espanholas. Só que, na América, em pouco tempo, o movimento evoluiu para o movimento de independência, e o sonho de ela de se tornar regente da América Espanhola desapareceu.

Antes de morrer, D. João tinha feito um testamento. Ele deixava o trono para D. Pedro, e a filha Isabel Maria, mais moça que D. Pedro, ficaria como regente, até que D. Pedro definisse o que faria. De modo que a D. Carlota não pôde fazer nada. D. Pedro abdicou em favor da filha da D. Maria da Glória, que era a princesa mais velha. A menininha seria a rainha de Portugal, tinha nove anos de idade. D. Pedro ofereceu a mão de D. Maria da Glória a D. Miguel, tio da menina. Em 1828, D. Miguel fez juras de fidelidade a D. Pedro. Então, este disse a D. Miguel que voltasse para Portugal, porque lhe daria a regência do trono enquanto a rainha fosse de menor idade. Enquanto a menina estava viajando para Portugal, D. Miguel chegou em Portugal, depois de ter jurado obediência a D. Pedro e a D. Maria da Glória, e deu um golpe de Estado, assumindo o trono e restabelecendo o absolutismo nos moldes antigos. E Carlota tinha planejado tudo: havia planejado uma verdadeira conspiração. De modo que, em 1830, quando Carlota Joaquina morreu, ela ainda viu D. Miguel no trono de Portugal, como rei absoluto.

Escravidão, concentração fundiária e concepção senhorial do mundo: expressões mais fortes da colonização

Vinda da família real diminuiu insatisfações coloniais na América Portuguesa, mas solidificou privilégios que existem até hoje

POR MÁRCIA JUNGES E PATRICIA FACHIN

Para a historiadora Maria Emilia Prado, “a herança deixada pela colonização tem na escravidão, na concentração fundiária e na concepção de mundo senhorial, suas expressões mais fortes e que estão, sem dúvida, na base de muitos dos problemas que enfrentamos no Brasil até hoje”. De acordo com ela, “a educação é outro dos nossos impasses históricos. O Brasil se tornou um país urbano, uma sociedade de massas, industrializou-se, mas manteve um brutal grau de concentração: terras, negócios, serviços. Uma concepção de mundo onde impera a defesa dos privilégios mais diversos”. Essas e outras afirmações fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line** desta semana. Por outro lado, “no momento da vinda da família real ocorreu um processo de diminuição das insatisfações coloniais na América Portuguesa, uma vez que inúmeros obstáculos foram retirados em virtude do fato de que a Corte agora se encontrava em uma área colonial. Então, num primeiro momento a vinda da família real teria freado o processo de insatisfação com a situação colonial”.

Maria Emilia Prado é doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutora em Ciência Política, pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPRJ). Atualmente, é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

IHU On-Line - Há discordâncias sobre a possibilidade do Rio de Janeiro se tornar a Corte do império português. Alguns historiadores dizem que a cidade, na época, não passava de uma região atrasada. Outros dizem que o Rio de Janeiro era a segunda cidade mais rica de todo o império. Qual é a sua percepção?

Maria Emilia Prado - Se comparada a outras cidades européias ou até mesmo da América Espanhola, o Rio de Janeiro não dispunha de serviços urbanos similares a cidades como Paris, São Petersburgo ou mesmo Lisboa. Mas era uma cidade importante dentro da lógica do império português, razão pela qual desde o consulado pombalino se cogitava a possibilidade de transferir a sede do império para a América Portuguesa e, mais especificamente, para o Rio de Janeiro, que era considerado

importante entreposto comercial da América Portuguesa desde a exploração das Minas Gerais.

IHU On-Line - Historiadores discordam sobre a importância do Período Joanino para a independência. Qual sua opinião? A vinda da família real contribuiu para o processo de Independência do país?

Maria Emilia Prado - No momento da vinda da família real, ocorreu um processo de diminuição das insatisfações coloniais na América Portuguesa, uma vez que inúmeros obstáculos foram retirados em virtude do fato de que a Corte então se encontrava em uma área colonial. Então, num primeiro momento a vinda da família real teria freado o processo de insatisfação com a situação colonial. É bem verdade que a presença da Corte no Rio de

Janeiro provocou novas insatisfações, especialmente nas áreas mais distantes geográfica e politicamente do Rio de Janeiro. A permanência da Corte, por sua vez, gerou novas alianças e interesses políticos que aliados ao fato de D. João VI ter retornado para Portugal, deixando no Rio de Janeiro o príncipe D. Pedro,¹ muito contribuíram

¹ Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon (1798-1834): foi o primeiro Imperador do Brasil, como D. Pedro I, de 12 de outubro de 1822 a 7 de abril de 1831, e ainda 28º Rei de Portugal (título herdado de seu pai, D. João VI), durante um período de sete dias (entre 26 de abril e 2 de maio de 1826), como D. Pedro IV. Em Portugal é conhecido como *O Rei-Soldado*, por combater o irmão D. Miguel na Guerra Civil de 1832-34 ou *O Rei-Imperador*. É também conhecido, de ambos os lados do Oceano Atlântico, como *O Libertador* – *Libertador* do Brasil do domínio português e *Libertador* de Portugal do governo absolutista. (Nota IHU On-Line)

para que o processo de independência ocorresse mediante manutenção da unidade territorial e preservando a monarquia.

IHU On-Line - Com a vinda da família real para a colônia, criou-se uma sociedade com sentimento aristocrático? De que maneira essa aristocracia influenciou na construção do estado imperial?

Maria Emilia Prado - Eu creio que o sentimento aristocrático tenha se iniciado ainda no tempo colonial, e a escravidão, bem como a concentração fundiária, contribuiu para que este “sentimento” pudesse se expressar concretamente. Por outro lado, é bastante complexo falar da existência de uma aristocracia e de como ela teria influenciado na construção do estado imperial. Existia no Brasil uma brutal concentração de terras e presença da escravidão. Havia uma concepção de mundo senhorial que marcou algumas áreas da América Portuguesa desde o início da colonização (Nordeste açucareiro, por exemplo) e que se manteve ao longo do século XIX. A aristocracia nobiliárquica instituída a partir da vinda de D. João VI guardava características bastante peculiares, uma vez que os títulos de nobreza não eram hereditários e não se referiam à propriedade territorial. Eram concessão do rei e depois dos imperadores por serviços prestados. Por esta razão, a aristocracia que aqui se constituiu tem características muito particulares.

Evidentemente que os grandes proprietários de terras e escravos, especialmente os do Sudeste, tiveram papel fundamental na construção do Estado Imperial. Mas é preciso estar atento ao fato de que a consolidação da unidade do império foi extremamente difícil. O processo de independência, o modo como foi conduzido e o estabelecimento da sede do império no Rio de Janeiro foram objeto de discussões políticas e, por vezes, de rebeliões armadas, como no caso da Revolução Farroupilha.

IHU On-Line - De que maneira a vinda da Corte para a colônia transformou a sociedade brasileira e mudou os rumos do país, política e economicamente?

Maria Emilia Prado - Em primeiro lugar,

houve uma redução das tensões políticas e das insatisfações, uma vez que agora muitos obstáculos no tocante ao livre comércio foram superados. Por outro lado, uma série de novos organismos foram instalados para dar suporte ao funcionamento da sede do império português no Rio de Janeiro. Um conjunto de instituições de natureza cultural permitiu à América Portuguesa ter acesso a serviços

“A aristocracia nobiliárquica instituída a partir da vinda de D. João VI guardava características bastante peculiares, uma vez que os títulos de nobreza não eram hereditários e não se referiam à propriedade territorial”

e saberes que antes seriam impensáveis para esta área. Economicamente, houve a ocupação de novas áreas, especialmente no Rio de Janeiro, e um novo produto despontou no cenário: o café. Do ponto de vista político, formou-se ao redor da Corte novos interesses e novos grupos políticos e isto originou, sem dúvida, tensões entre o Rio de Janeiro e outras áreas no interior da América Portuguesa, como ocorreu com o caso de Pernambuco, por exemplo.

IHU On-Line - Como a senhora percebe a escravidão no período da colonização? Quais são as heranças nesse sentido deixadas pelo tipo de colonização que tivemos?

Maria Emilia Prado - Na lógica que orientava o processo de colonização, a escravidão se constituía ela mesma num dos ramos mais atrativos do comércio colonial. Já que não havia metais preciosos

na América Portuguesa, e era necessário organizar uma atividade econômica capaz de gerar lucro — caso do açúcar —, a escravidão permitia não apenas organizar de modo rentável a produção de açúcar, mas também tornar possível a manutenção da visão de mundo senhorial do colonizador, bem como constituir mais um ramo rentável do comércio colonial — o tráfico de escravos.

A herança deixada pela colonização tem na escravidão, na concentração fundiária e na concepção de mundo senhorial, suas expressões mais fortes e que estão, sem dúvida, na base de muitos dos problemas que enfrentamos no Brasil até hoje. A escravidão foi abolida no final do século XIX, mas não se fez acompanhar de medidas capazes de permitir o acesso à terra, créditos, empreendimentos etc.

IHU On-Line - Ocorrido o processo de independência no país, quais são as dificuldades para implementação de uma ordem liberal, onde até então se mantinha uma estrutura escravista?

Maria Emilia Prado - As dificuldades para implementação de uma ordem liberal esbarravam exatamente nos interesses em preservar a escravidão, a concentração fundiária e os privilégios. A independência tal como ocorreu, com a manutenção da monarquia e mediante fundação de um Estado centralizado com a capital (Corte) no Rio de Janeiro, provocou reações em diversos pontos do país. A consolidação dessa independência mediante construção de um Estado Unitário, centralizado e monárquico foi um processo bastante difícil. Havia os que desejavam maior autonomia local, mas também os que preferiam a forma republicana de governo. A independência, ainda que feita de modo negociado, foi seguida por um processo interno muito tenso politicamente e militarmente. A consolidação do império, a pacificação das insatisfações e a preservação da unidade foram processos longos e que tiveram na manutenção da estrutura escravista um dos seus pilares. A preservação da Ordem implicava na permanência da escravidão, da concentração fundiária e dos privilégios. Esses três pilares eram incompatíveis com a construção de uma Ordem Liberal que implica na vigência das liberdades individuais, na possibili-

dade de acesso ao empreendimento ou ao mercado de trabalho. O sistema monárquico estabelecido após o processo de consolidação interna da independência garantiu, no entanto, o estabelecimento de um liberalismo constitucional, a vigência de partidos políticos, bem como, principalmente, a manutenção da Ordem escravocrata.

IHU On-Line - Ainda possuímos outras heranças da colonização que tivemos? Que dificuldades o país não superou, 200 anos depois da vinda da Corte Portuguesa?

Maria Emilia Prado - O país superou inúmeras dificuldades. O Brasil hoje é urbano e não mais rural. É uma sociedade de massa. Construiu uma potente economia industrial. Instaurou um sistema democrático amplo. No entanto, temos ainda inúmeros entraves. Uma vez que ao longo dos séculos XIX e XX não houve abertura da propriedade territorial, que permaneceu concentrada, não pudemos construir um mercado territorial constituído por propriedades de pequena e média proporção. Os créditos sempre foram difíceis, e os juros altos e inacessíveis aos de poucas posses. Assim, a capacidade de empreender expandiu-se de modo lento e não esteve ao dispor de um percentual alto da população. Por outro lado, o processo industrial, ainda que extremamente pungente, não pode incorporar um número significativo. O mesmo ocorreu com o setor de serviços. A educação é outro dos nossos impasses históricos. O Brasil se tornou um país urbano, uma sociedade de massas, industrializou-se, mas manteve um brutal grau de concentração: terras, negócios, serviços. Uma concepção de mundo onde impera a defesa dos privilégios mais diversos.

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Maria Emilia Prado à IHU On-Line, cujo tema de capa foi *José Bonifácio de Andrada e Silva e o movimento pela Independência do Brasil*. O material está disponível na nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu).

Entrevista:

* “Somos uma sociedade caracterizada pela brutal concentração da renda”. Edição 234, de 03-09-2007.

Período Joanino: euforias x tensões

De acordo com István Jancsó, quando a Corte Portuguesa deixou de ser novidade, os conflitos e contradições começaram a aflorar na América Portuguesa, gerando motins, como a Revolução Pernambucana de 1817

POR PATRICIA FACHIN

“A vinda da família real e a instalação do centro decisório do Estado Português na América resultaram na criação de uma nova entidade política: o Reino do Brasil”, afirma István Jancsó, historiador e professor da Universidade de São Paulo (USP). Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, ele fala sobre as relações estabelecidas entre as elites da coroa e da colônia, as mudanças no Rio de Janeiro e os embates políticos ocorridos após o período joanino.

Jancsó é graduado em História, pela Universidade de São Paulo (USP). De suas produção bibliográfica, destacamos *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (São Paulo: Edusp, Hucitec, Fapesp, Imesp, 2001); *Brasil: formação do Estado e da nação* (São Paulo: Fapes; Ijuí: Unijuí, 2003) e *Independência: história e historiografia* (São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005).

IHU On-Line - Como ocorreu a sociabilidade entre a Corte e os portugueses da América no Período Joanino?

István Jancsó - A relação entre os portugueses da América e a Corte instalada no Rio de Janeiro é multifacetada. Por um lado, podemos dizer que o Rio de Janeiro passou por um período de alterações muito acelerado. De repente, uma cidade com 50 mil habitantes recebeu uma população permanente que correspondeu a 20% do total. Isso seria mais ou menos a mesma coisa que São Paulo receber, hoje, aproximadamente dois milhões de novos habitantes. Por outro lado, a população que chegou a colônia era distinta, com padrões culturais e de consumo diferenciados daqueles que caracterizavam os moradores tradicionais da localidade. Essas diferenças, além de criarem uma disputa por espaços, alteraram radicalmente todo o referencial de padrões de comportamento e de sociabilidade das elites. Nesse novo contexto, o mercado de suprimentos também sofreu modificações. De repente, o Rio de Janeiro precisou atender um novo segmento de consumo para consumidores de classe A. Isso criou alterações significativas, que significaram dificuldades de relacionamento, porque quem chegou passou a disputar espaço com quem já estava estabelecido.

A Corte na colônia: um convívio tumultuado

A instalação da Corte Portuguesa em Lisboa representava um distanciamento da monarquia com a colônia, pois o acesso à nobreza era razoavelmente complicado. Com a vinda da família real para o Brasil, os portugueses da América, fossem os nascidos na colônia, fossem os vindos de Portugal, passaram a se sentir próximos da coroa, pois a possibilidade de contato

com a Corte como centro político ficou muito mais acessível. Então, de imediato os habitantes do Rio de Janeiro ficam muito felizes, pois o rei estava perto e era possível ter acesso a ele. Embora nem tudo tenha sido positivo, pois a disputa por moradia e comida aumentou, os portugueses americanos se sentiram, enfim, num primeiro estágio, muito gratificados com a vinda da família real e aderiram com entusiasmo à monarquia.

IHU On-Line - Num segundo momento, porque esse cenário sofreu alterações?

István Jancsó - A partir do momento em que a Corte deixou de ser novidade, as tensões e contradições começaram a aflorar. A euforia com a presença do rei, que até então era administrada, se transforma em tensões que, em algumas circunstâncias, acaba explodindo em conflitos graves como a Revolução Pernambucana de 1817.¹ Quer dizer, em Pernambuco, essas tensões resultaram numa revolução que instaurou um contexto republicano e tomou Recife durante três meses. Com isso, o encantamento se rompe, porque a realidade prevalece. A repressão é brutal e envolve as outras partes da América. Assim, a crise política pernambucana é transferida para a Bahia, que acaba sendo também contaminada pelo radicalismo político, não traduzido imediatamente em rebelião, mas que aflora com a Revolução Constitucionalista,² no

1 A chamada **Revolução Pernambucana**, também conhecida como **Revolução dos Padres**, eclodiu em 1817 na então Província de Pernambuco, no Brasil. Dentre as suas causas, destacam-se a crise econômica regional, o absolutismo monárquico português e a influência das idéias iluministas, propagadas pelas sociedades maçônicas. (Nota da IHU On-Line)

2 A **Revolução Constitucionalista de 1932**, **Revolução de 32** ou **Guerra Paulista**: foi o movimento armado ocorrido no Brasil entre Julho e Outubro de 1932, onde o estado de São Paulo visava à derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas e à instituição de um regime constitucional após a supressão da Constituição de 1891 pela Revolução de 1930. Atualmente, o dia 9 de julho, que marca o início da Revolução de 1932, é a data cívica mais importante do estado de São Paulo e feriado estadual. Os paulistas consideram a Revolução de 1932 como o maior movimento cívico de sua história. Foi a primeira grande revolta contra o governo de Getúlio Vargas e o último grande conflito armado corrido no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

Porto e se espalha por toda a América Portuguesa.

IHU On-Line - De que maneira a vinda da Corte para o Brasil contribuiu para o desdobramento de novos ambientes artístico-culturais?

István Jancsó - Não é razoável pensar que antes da vinda da Corte não existisse vida cultural e espaços de civilização na colônia. Existiam pessoas muito ilustradas, afeitas a práticas sociais refinadíssimas. Conheço algumas descrições de jantares e até mesmo de um almoço oferecido aos oficiais do navio que chegou à Bahia com o príncipe-regente, D. João. O almoço foi oferecido por uma figura notável — hoje nós diríamos que ele pertencia à esquerda baiana —, um homem riquíssimo, padre Francisco Agostinho Gomes.³ A descrição desse almoço por um jovem tenente da marinha inglesa, os elogios à biblioteca de Francisco Agostinho Gomes e a civilidade com que foram recebidos demonstram que existiam padrões civilizatórios refinados na América. Ainda assim, o que não existia na colônia era uma vida de corte. Os vice-reis e os governadores não criavam, ao contrário do que ocorreu em algumas situações da América Espanhola, cortes vice-reinais. De qualquer modo, existia uma vida musical de boa qualidade na América Portuguesa e no Rio de Janeiro, por exemplo. Claro que a música não era comparável com o que se entendia por música cortesã europeia, mas a Corte Bragantina, em Lisboa e depois no Rio de Janeiro, apresentou uma vida musical permanente, superior à da grande maioria das cortes monárquicas e europeias. Com isso, a cultura musical permaneceu no Rio de Janeiro e se refletiu, mais tarde, nas outras grandes cidades da América Portuguesa. Essas mudanças ocorreram também com a imprensa e com os hábitos do cotidia-

3 **Francisco Agostinho Gomes**: padre que tinha a melhor biblioteca da Bahia, foi acusado de ter participado num banquete maçônico. No século XVIII, não se publicavam jornais no Brasil e os livros estavam na maior parte proibidos. O que ele lia de mais perigoso seria Rousseau e as “leis americanas”. É um dos mais destacados na Independência. (Nota da IHU On-Line)

no. A Corte definiu padrões, modas, maneirismos e trouxe um impacto considerável para a colônia.

IHU On-Line - Os acontecidos políticos, econômicos e culturais do período joanino contribuíram para a formação de identidade do povo português da América?

István Jancsó - Quando a família real chegou à colônia, ocorreu a adesão das elites à monarquia. Quer se trate de paulistas, baianos ou pernambucanos, a ênfase identitária é deslocada para o português, ou seja, eles eram portugueses da América e não americanos que também eram portugueses. A partir do momento em que vem o desgaste da monarquia, existe uma operação simbólica poderosíssima que é a criação do Reino Unido. O Brasil passa a ser Reino Unido e os portugueses da América tornaram-se, então, brasileiros, porque a América Portuguesa passou a ser o Brasil. Então, há uma alteração de significados e de representações identitárias que se realizam depois, com a revolução constitucional, isto é, da revolução de Lisboa e seus desdobramentos americanos. Mais tarde, com a Independência, eles ganham novos contornos. Assim, o Período Joanino reorganiza as alternativas em aberto na América Portuguesa para a superação da crise do Antigo Regime.

IHU On-Line - No que se refere às manifestações coletivas, como festas, qual foi a importância desses eventos para a construção da identidade nacional da população da época?

István Jancsó - No Período Pombalino, as festas já aparecem como um instrumento de racionalização das manifestações de apoio e de integração da diversidade portuguesa. O mesmo evento político, por exemplo, o casamento de um príncipe e uma princesa portuguesa, é festejado na América, em Portugal, África e eventualmente na Índia, mediante o mesmo padrão básico. Isso significa que a festa é um instrumento também de formação de padrões de comportamento e de padrões de explicitação da adesão dos súditos à monarquia. Então, as festas políticas tinham a finalidade de tornar público o apoio

e apreço a alguma realidade política. Com a vinda da família real, as festas seguem o calendário português, mas passam a obedecer um padrão de exteriorização que supera, em muito, o que existia antes, porque o rei está na colônia. Isso cria um paradigma que permanece durante o primeiro reinado, e só com o liberalismo elas passam a ser festas cívicas no sentido da revolução burguesa. Então, o estudo das festas ajuda a compreender o universo simbólico e os valores que são manejados.

IHU On-Line - Para o senhor, a vinda da família real para a colônia protelou ou deflagrou a Independência brasileira? É possível estabelecer relações entre a Independência e os movimentos insurrecionais do final do século XVIII?

István Jancsó - A vinda da família real e a instalação do centro decisório do Estado Português (espalhado pela Europa, África, Ásia e América) na América resultaram na criação de uma nova identidade política: o Reino do Brasil. O que existiam aqui eram capitanias ligadas a Lisboa e que pouco dialogavam entre si, não formando uma unidade. A instalação de um centro de poder na colônia, atraindo a diversidade que antes se encontrava em Lisboa, foi um fator de unificação desse todo. O antigo sistema colonial já havia sido detonado com a abertura dos portos, porém uma coisa é a definição jurídica, e outra é o desdobramento dessa definição na vida permanente, seja política, social ou econômica. A vinda da família real, a instalação da Corte e do centro de poder do império português na América, alterou o comportamento de todas as variáveis da vida política na América. Disso, resulta o aguçamento das tensões, cujo estopim veio a ser a Revolução Constitucionalíssima de Lisboa. A adesão dos brasileiros das diversas províncias a essa revolução acabou tornando inevitável a Independência porque pareceu a todos — e isso acabou sendo assumido — impossível a realização de um pacto constitucional que contemplasse as diferenças entre os interesses das elites portuguesas dominantes e os interesses das elites brasileiras.

O Brasil de hoje: nossas mazelas não são culpa do período da Independência

Na avaliação da historiadora Lucília Siqueira, sempre que atribuímos nossos problemas a Portugal, inocentamos a nossa elite colonial branca, que também contribuiu para os problemas brasileiros

POR PATRICIA FACHIN

“**A** vinda da Corte não representou um grande número de vantagens como consagramos durante muito tempo na historiografia”, afirma a historiadora Lucília Siqueira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, a pesquisadora diz que é falsa a idéia de que a Corte se instala na colônia e mantém relações com a comunidade local. Além disso, destaca, a estadia da nobreza no Brasil não influenciou na Independência do país, entretanto “significou bastante para o Estado que será montado depois de 1822”. Segundo a historiadora, muitos elementos da colonização permanecem presentes na atual realidade brasileira, entretanto, assegura, “estudar e reconhecer as mazelas e as dificuldades de termos sido colônia não podem nos impedir de assumir as responsabilidades de que nós somos uma república”.

Lucília Siqueira possui graduação e doutorado em História, pela Universidade de São Paulo (USP).

IHU On-Line - Os historiadores apresentam diferentes posições quanto às vantagens e desvantagens da transferência da Corte para o Brasil. Para a senhora, a vinda da família real trouxe benefícios econômicos para a Colônia, ou a chegada de mais de 10 mil pessoas foi um acúmulo para a região?

Lucília Siqueira - Não é possível responder essa questão de maneira tão simples. Para alguns grupos, a vinda da família real trouxe benefícios, mas não para outros. O historiador Evaldo Cabral de Mello¹ não cansa de lembrar que, para os pernambucanos, a vinda da Corte representou aumento de tributações. Claro que isso não ocorreu apenas com eles, mas os pernambucanos reclamaram com mais veemência.

A transferência da sede do governo e a instalação de uma série de órgãos administrativos significaram um aumento de custos para o Estado português. É evidente que isso gerou aumento de tributos. Outros historiadores, como a Cecília Salles de Oliveira,² do Museu Paulista, estudaram a vida econômica de

1 Evaldo Cabral de Mello (1936-): historiador brasileiro. Dedicou-se aos estudos da história nordestina, em especial o ciclo da cana-de-açúcar. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Cecília Salles de Oliveira: historiadora brasileira. Atualmente, é professora titular no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP). Cecília já concedeu entrevista à **IHU On-Line** 234, intitulada *José Bonifácio de Andrada e Silva e o movimento pela independência do Brasil*. A entrevista “Bonifácio: um político do Antigo Regime” está disponível na página do **IHU** (www.unisinos.br/ihu) (Nota da **IHU On-Line**)

alguns comerciantes que viviam, no Rio de Janeiro, em torno da Corte. Para muitos desses, a vinda dos portugueses significou uma dificuldade para realizar os negócios que faziam antes, o que conseqüentemente gerou uma fiscalização mais estreita.

De modo geral, diria que a vinda da Corte não representou um grande número de vantagens como consagramos durante muito tempo na historiografia. É falsa a idéia de que a alta nobreza da Corte, ao se instalar no Rio de Janeiro, tenha se misturado às comunidades locais e que todos tenham usufruído os benefícios da proximidade do Estado. Assim, quando a monarquia retornou a Portugal, era como se não tivesse saído de lá.

IHU On-Line - Que mudanças são perceptíveis na economia colonial com a vinda da família real ao Brasil?

Lucília Siqueira - Gostaria de destacar um impulso significativo no tráfico africano de escravos. Nesse período, aumenta o número de escravos trazidos para a região. A instalação da Corte no Rio de Janeiro, evidentemente, também representou uma inflexão grande na concentração de riquezas que já havia na cidade, ou seja, o Rio já era um pólo importante no Brasil por conta da mineração, e se tornou, naquele momento, uma praça mercantil ainda mais forte.

IHU On-Line - Como a senhora caracteriza o estágio de desenvolvimento e autonomia em que se encontravam as capitanias brasileiras quando a Corte chegou ao Brasil? Quais são as transformações que a população brasileira, nas mais diversas capitanias, vivenciou com a chegada da Corte em 1808?

Lucília Siqueira - Isso é muito variado. O professor István Jancsó³ diz que, no começo do século XIX, às vésperas do rompimento com Portugal, as diferentes partes do Brasil (capitanias) estavam em distintos estágios de colonização. Salvador, por exemplo, já tinha séculos de sociedade colonial, enquanto na região de Goiás e Mato Grosso existiram sociedades em que o esforço colonizatório era muito mais recente.

Ao longo do século XVIII, com o desenvolvimento das atividades mineradoras, fosse do ouro de Minas Gerais, de Goiás ou de Mato Grosso, as capitanias mudaram muito, porque essas atividades mineradoras geraram um desenvolvimento do mercado interno, integrando as diversas partes do Brasil. Nós tínhamos, desde o século XVIII, a produção de algodão que vinha da região Norte, do Maranhão e do Ceará. Também, tínhamos o gado que vinha da região de São Francisco e do Sul. Então, existiam redes de abastecimento de comércio já montadas. Agora, evidentemente, eram muito diferentes as regiões de Belém, de Cuiabá e do Rio de Janeiro, no início do século XIX.

IHU On-Line - Como a população dessas diversas capitanias se modificou com a chegada da Corte?

Lucília Siqueira - A população e a feição demográfica, de modo geral, no conjunto de território colonial, não se alteraram. Há, sim, uma mudança na feição demográfica na região da Corte. As diferentes partes do Brasil, desde o século XVI, faziam parte do império português. Esse império tinha domínios em vários cantos do mundo e tinha um reino na Europa. Quando a Corte sai do reino de Portugal e se instaura no Rio de Janeiro, na colônia — segundo István Jancsó —, “muda a hierarquia entre as partes do império e a hierarquia entre as partes do Brasil, também”. A Bahia, por exemplo, era muito importante no conjunto do império do ponto de vista das relações políticas e de como as elites de Salvador ou do Recôncavo se relacionavam com as autoridades de Lisboa. Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, é evidente que Salvador perde esse lugar, nas relações políticas e nos negócios.

IHU On-Line - A chegada da Corte contribuiu para que a população da colônia se identificasse como nação brasileira?

Lucília Siqueira - Não. De jeito nenhum. Essa é uma das coisas mais importantes que devem ser pensadas para o entendimento da construção da identidade nacional. A nação a qual todos pertenciam no final do século XVIII e começo do XIX é portuguesa. Então, todos os colonos, fossem eles nascidos em Portugal ou nas colônias, faziam parte do império portu-

guês e se diziam portugueses. Ainda que já existisse esse construto político chamado Brasil, não existia uma identidade política brasileira. O que havia eram as capitanias. O sujeito dizia que a nação dele era portuguesa, e a pátria era a Bahia ou o Rio de Janeiro, dependendo da região onde estava inserido. Assim, a vinda da Corte para a colônia exacerbou entre os colonos um nacionalismo imperial, português. O fato de o príncipe estar perto exagera nas pessoas o orgulho de ser português. Elas se sentem mais portuguesas do que antes.

IHU On-Line - A senhora percebe relações entre as medidas administrativas tomadas durante o período joanino e o encaminhamento da Independência do Brasil? A Independência só foi possível devido à vinda da Corte?

Lucília Siqueira - É impossível responder se a Independência só foi possível com a vinda da Corte. O que precisamos pensar é que romper com Portugal não seria necessariamente o caminho. Existiam outros projetos políticos naquele momento. Um deles era o de formar um grande império luso-brasileiro e manter um Estado com território não contíguo. O fato de a Corte estar na colônia significou bastante para o Estado que será montado depois de 1822. É evidente que o Estado do império brasileiro é tributário da Corte Joanina. Mas isso não quer dizer que o fato de a Corte estar na colônia tenha contribuído para a Independência. A Independência, no sentido de rompimento com o império português, tem mais relação com os acontecimentos dos meses imediatamente anteriores a setembro de 1822, com as mudanças desencadeadas pela revolução que estava em curso em Portugal; nessa altura, D. João VI já tinha até retornado para Portugal.

IHU On-Line - A senhora afirma que a Independência do Brasil não alterou a estrutura social do país porque foi arquitetada pela elite. De que maneira esse fato histórico contribuiu para caracterizar o quadro social brasileiro atual, repleto de desigualdades?

Lucília Siqueira - Nós proclamamos a República em 1889 e até um pouco antes disso não tínhamos mais escravidão, e todos os cidadãos eram iguais perante

³ István Jancsó: historiador brasileiro. Confira uma entrevista com ele nessa edição. (Nota da IHU On-Line)

a lei. Estudar e reconhecer as mazelas e as dificuldades de termos sido colônia não podem nos impedir de assumir as responsabilidades de que nós somos uma República. Já construímos outra ordem político-institucional há mais de século e não podemos mais tributar as nossas mazelas à Independência. De todo modo, esse acontecimento sinalizou uma ruptura, embora ele tenha sido um acordo entre as elites que não alterou as estruturas sociais. Existe um vício, no meu entender, muito grave, na maneira de fazer a crítica ao passado do Brasil. Nos bancos escolares, as crianças aprendem que nada nunca muda na história do Brasil, e isso é um equívoco.

IHU On-Line - Que aspectos da colonização lusa ainda permanecem no Brasil de hoje?

Lucília Siqueira - A língua que falamos ainda é fruto da colonização portuguesa, a terra continua mal distribuída, e os afrodescendentes ocupam os estratos mais baixos da estrutura social. Tudo isso foi montado pela colonização portuguesa, mas, repito, Portugal não tem mais nenhuma relação com este fato há dois séculos. Os traços da colonização foram importantes, mas não podem servir para tirarmos a responsabilidade da nação brasileira. Sempre que atribuímos nossos problemas a Portugal, inocentamos a nossa elite colonial branca, que também contribuiu para esse processo.

IHU On-Line - Quais são as inovações apresentadas pela historiografia acerca do período colonial e do processo de rompimento com Portugal?

Lucília Siqueira - Nos últimos anos, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em todo o país geraram pesquisas inovadoras; muita coisa que não sabíamos está sendo revelada agora, com a leitura recente de documentos até então não explorados. Assim, penso que uma das características fundamentais das novas abordagens de nossa Independência esteja nas pesquisas regionais, isto é, no fato de que hoje percebemos como as diferentes regiões do Brasil tiveram formas variadas de se separar de Portugal. Houve muitos confrontos para que todas as províncias do Brasil se submetessem ao governo do Rio de Janeiro, à liderança de D. Pedro.

A vinda da Corte: determinante na concepção da função do Estado de civilizar os trópicos e fundar a nação

Para o português Robert Rowland, a elaboração de um discurso identitário nacional, no Brasil independente foi um processo complexo e dilatado no tempo

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“**D**o mesmo modo que no século XIX o discurso identitário silenciava a escravidão, o discurso culturalista do modernismo representa a elisão dos mecanismos de exclusão que continuam a marcar a sociedade brasileira.” É dessa forma que o português Robert Rowland analisa a problemática cultural provocada pela chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, enquanto se preparava para vir ao Brasil participar do Colóquio Internacional *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*, que acontece na Unisinos, nesta semana, Rowland afirma que “a importância da presença portuguesa no Brasil é, sobretudo, cultural, na medida em que a persistência de laços renovados pela imigração reforçou a matriz cultural herdada do período colonial, que se reflete na estrutura das instituições, na língua através da qual se comunicam entre si brasileiros das mais diversas origens étnicas, e em pequenos pormenores, como o consumo de rabanadas no Natal ou os bolinhos de bacalhau do bar da esquina”.

Rowland é professor de Antropologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Lisboa. Atua, especialmente, nos seguintes temas: Antropologia Social, História Social, História Antropológica, História Demográfica, História da Família, História Cultural Europeia e Antropologia da Medicina. É autor de *Antropologia, História e Diferença* (3. ed. Porto: Afrontamento, 1997) e *População Família e Sociedade - Portugal, séculos XIX e XX* (Oeiras: Celta Editor, 1997).

IHU On-Line - Que impactos culturais a vinda da Corte Portuguesa trouxe para a colônia brasileira?

Robert Rowland - No início, a vinda da Corte traduziu-se na tentativa de reprodução, na colônia, das principais estruturas da Corte lisboeta. Posteriormente, sobretudo após o fim das guerras napoleônicas e a elevação do Brasil ao estatuto de reino, deu-se um fermento cultural marcado pela presença de artistas e cientistas estrangeiros e pela inscrição da natureza tropical numa visão marcada pelo romantismo. Mais importante, talvez, foi o processo, estudado por Kirsten Schultz¹ e Jurandir Malerba², de introdução de códigos de so-

1 Kirsten Schultz: brasilianista, professora na Faculty of Humanities and Social Cooper Union, de Nova Iorque, e autora de, entre outros, *Tropical versailles: empire, monarchy, and the portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1831* (New York/London: Routledge, 2001). (Nota da IHU On-Line)

2 Jurandir Malerba: é doutor em História e professor visitante na University of Oxford e na Georgetown. É professor de Teoria da História na Universidade Estadual Paulista Júlio de

ciabilidade europeus e sua modificação através da interação entre os reinóis e as elites coloniais.

IHU On-Line - Depois da Independência do Brasil, como o senhor percebe a relação entre portugueses e brasileiros?

Robert Rowland - A relação foi complicada, até porque à época da independência não havia, em rigor, entre os habitantes do Brasil, nem “brasileiros” nem “portugueses”. Essas identidades, que tinham pouco a ver com a naturalidade de cada um, foram sendo definidas através dos posicionamentos de cada um frente aos conflitos do primeiro reinado. Nessa altura, e posteriormente, como tem sido documentado por Gladys Sabina Ribeiro,³ o termo “português” foi utilizado por diversos atores na cena política para caracterizar pejorativamente os seus adversários. Uma longínqua herança desses episódios encontra-se, por exemplo, na imagem do “português” em alguns sambas de Noel Rosa,⁴ e nas piadas de português dos nossos dias.

IHU On-Line - O Brasil apresentou dificuldades para definir uma identidade nacional, após o rompimento com Portugal? O que ficou deste período e permanece até hoje na identidade brasileira?

Robert Rowland - A elaboração de um discurso identitário nacional, no Brasil independente, foi um processo complexo e dilatado no tempo, que teve vários momentos: o radicalismo antiportuguês

Mesquita (Unesp, Franca) desde novembro de 2004. Confira, nesta edição, uma entrevista com Malerba. (Nota da IHU On-Line)

³ Gladys Sabina Ribeiro: historiadora brasileira. Possui bacharelado e licenciatura em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), especialização em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense (1983), mestrado em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense (1987), e doutorado em História Social do Trabalho, pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é Professora Associada do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal Fluminense. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Noel de Medeiros Rosa (1910-1937): foi um sambista, cantor, compositor, banbolinista, violonista brasileiro e um dos maiores e mais importantes artistas da música no Brasil, responsável pela união do samba do morro com o do asfalto. Este fato mudaria para sempre, não só o samba, mas a história da música popular brasileira. (Nota da IHU On-Line)

dos primeiros tempos; a exaltação da natureza tropical e da figura do índio; e a imagem, cultivada por D. Pedro II, da missão civilizadora da coroa e da criação, pelo cultivo das artes e das ciências, de uma civilização europeia nos trópicos. O povo, estigmatizado pela escravatura, só começou a fazer parte desse discurso nas últimas décadas do século XIX, e fê-lo de maneira negativa, como, por exemplo (no discurso racista importado da Europa como parte desse esforço de “civilização”), da degeneração que iria ser provocada pela miscigenação. Foi só mais tarde, com o modernismo e o discurso nacionalista que se seguiu à Revolução de 1930, que se procurou alicerçar a identidade brasileira na mestiçagem cultural. Do mesmo modo que no século XIX o discurso identitário silenciava a escravatura, o discurso culturalista do modernismo representa a elisão dos mecanismos de exclusão que continuam a marcar a sociedade brasileira.

IHU On-Line - Qual é a importância dos fluxos de migração portuguesa para o Brasil ao longo do século XIX?

Robert Rowland - Os fluxos migratórios portugueses tiveram, ao longo do século XIX, uma importância numérica reduzida. Entre 1820 e 1876, os portugueses representaram menos da metade (46%) de toda a imigração estrangeira para o Brasil. No final do século, no auge da imigração italiana, eram menos de 20%. E, embora a proporção tenha aumentado para um pouco mais de um terço no começo do século XX, em 1920, os portugueses representavam apenas 20,2% dos estrangeiros residentes em São Paulo, ficando atrás dos italianos (48,1%) e dos espanhóis (20,6%). A importância da presença portuguesa no Brasil é, sobretudo, cultural, na medida em que a persistência de laços renovados pela imigração reforçou a matriz cultural herdada do período colonial, que se reflete na estrutura das instituições, na língua através da qual se comunicam entre si brasileiros das mais diversas origens étnicas, e em pequenos pormenores, como o consumo de rabanadas no Natal ou os bolinhos de bacalhau do bar da esquina.

IHU On-Line - Como o Brasil aparece enquanto horizonte para os portugueses que migraram para o País?

Robert Rowland - Até 1880, aproximadamente, a emigração portuguesa para o Brasil era em grande parte uma emigração de elite — filhos segundos de proprietários agrícolas que vinham para o Brasil juntar dinheiro no setor comercial (dominado pelos portugueses) para poderem regressar a Portugal e comprar as terras que não lhes caberiam na herança paterna. Eram, em geral, alfabetizados, porque no Brasil o trabalho manual era desempenhado pelos escravos, e mantiveram as suas tradições culturais. Instalaram-se, sobretudo, nas cidades do litoral, do Rio de Janeiro para cima. Após 1880, com a crise agrícola em Portugal, houve uma vaga de emigração de massa, homens, mulheres e crianças analfabetas das zonas mais pobres do interior do Norte do país, que tiveram de enfrentar a concorrência de outros imigrantes, mais qualificados, para se integrarem no mercado de trabalho assalariado que estava se desenvolvendo de São Paulo para o Sul. Esta nova imigração, até pelo seu caráter familiar, traduziu-se numa muito maior integração na sociedade brasileira.

IHU On-Line - Que tipo de consequências indiretas a vinda da Corte provocou no Brasil ao longo de todo o século XIX?

Robert Rowland - A vinda da Corte instituiu o Rio de Janeiro como centro político, tornando possível, após 1815, a idéia do Brasil como entidade política e territorial, e foi obviamente determinante para todo o processo da independência. Indiretamente, pelo contraste entre os modos da Corte e as condições reais da colônia, teve um papel determinante no modo como, durante muito tempo, se concebeu a função do estado como sendo a de civilizar os trópicos e fundar a nação.

IHU On-Line - O que o senhor entende pela “sombra” da Corte sob a população brasileira de 1800?

Robert Rowland - A “sombra” da Corte é aquilo que as suas “luzes” acabaram por ocultar, ou iluminar de forma negativa: uma natureza virgem tropical a ser desbravada e dominada, uma população marcada pela escravatura e pela raça, incapaz, aos olhos dos “iluminados”, de se constituir em povo e servir como base para um projeto político nacional.

Antigas estruturas sociais permanecem no Brasil de hoje

De acordo com Arno Wehling, a centralização proporcionada pela instalação da Corte no Rio de Janeiro contribuiu para a formação da Independência brasileira

POR PATRICIA FACHIN

“É preciso perceber que o Período Joanino, com seu perfil de ‘transição para a independência’, envolveu mudanças que correspondem ao que na época se chamava de ‘direitos civis’ e ‘direitos políticos’”, afirma Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo o historiador, embora a vinda da Corte tenha proporcionado mudanças, a falta de discussões profundas sobre os direitos sociais contribuíram para que antigas estruturas se prolongassem ao longo do “século XX ou até nossa própria época”.

Arno Wehling é graduado em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Direito, pela Universidade Santa Úrsula, doutor em História Econômica, pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutorado, pela Universidade do Porto e pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Atualmente, é docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na Universidade Gama Filho. Além disso, é presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), membro de corpo editorial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da *Revista Humanidades*, da Universidade de Montevideu. De sua produção bibliográfica, destacamos *Direito e justiça no Brasil colonial – O tribunal da relação do Rio de Janeiro (1751-1808)* (Rio de Janeiro: Renovar, 2004) e *Formação do Brasil colonial* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005).

IHU On-Line - Quais são os reflexos do governo de D. João na sociedade atual, dois séculos depois de sua atuação?

Arno Wehling - Muitas das medidas tomadas pelo governo joanino tiveram ressonância para muito além de sua época, incorporando-se ao processo histórico brasileiro. As medidas tradicionalmente conhecidas e enumeradas pelos compêndios de história, como a abertura dos portos, a liberação das indústrias ou o avanço institucional que representou o Reino Unido, sem dúvida moldaram o desenvolvimento futuro do país.

IHU On-Line - O senhor concorda que a vinda da família real suscitou descontentamentos em Portugal, porque a “heróica metrópole” se transfor-

mou em “humilhada colônia”?

Arno Wehling - Silvio Romero¹ foi o primeiro autor no Brasil a tratar a vinda da Corte como a “inversão brasileira” da relação colônia metrópole. Na verdade, Portugal não se transformou em colônia do Brasil, até porque as instituições públicas continuaram funcionando em Lisboa, após a primeira invasão francesa e logo depois se estabeleceu o Reino Unido. O que houve não foi a transformação do velho reino em colônia, mas o surgimento de uma situação de agravada dependência dele face à Inglaterra, inclusive com tropas britânicas ali acantonadas.

¹Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914): crítico literário, poeta, professor e político brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - As mudanças na estrutura política, economia e cultural com a vinda da Corte Portuguesa, beneficiaram apenas a elite da época, uma vez que a estrutura fundiária, o modelo agro-exportador e o interesse das camadas dominantes prevaleceram? Como o senhor percebe essa relação?

Arno Wehling - As mudanças ocorridas afetaram a sociedade, em diferentes graus. Mas é preciso perceber que o Período Joanino, com seu perfil de “transição para a independência”, envolveu mudanças que correspondem ao que na época — e era a época dos desdobramentos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial — se chamava de “direitos civis” e “direitos políticos”. Não havia, nem no Brasil, nem no restante da América ou mesmo na

Europa ocidental, nenhum movimento significativo pelo que hoje chamamos de “direitos sociais”, com a possível exceção das discussões sobre a escravidão e o tráfico negreiro. Isso explica por que hoje em dia se constata o limite das mudanças ocorridas a uma elite. Ocorreram mudanças, mas existiram permanências estruturais que se prolongaram até o século XX ou até nossa própria época. Além das mencionadas na pergunta, eu acrescentaria a continuidade do próprio estado patrimonial e cartorário, que ainda carregamos.

IHU On-Line - Como o senhor descreve a figura estadista de D. João VI?

Arno Wehling - D. João foi um governante que esteve à altura dos acontecimentos. Sem ser uma figura exponencial, também não foi o medíocre e incompetente que a tradição positivista e republicana, tanto em Portugal quanto no Brasil, o transformaram. Embora hesitante e algumas vezes levado pelas situações — efetivamente tinha muita dificuldade para decidir —, foi capaz de discernir políticas e determinar sua implementação, o que não era pouco no mundo de violenta transição em que viveu.

IHU On-Line - De que maneira a vinda da Corte Portuguesa contribuiu para a consolidação de um centro político no Brasil?

Arno Wehling - A presença da Corte no Rio de Janeiro fez com que capitânias, que antes tinham uma relação tênue entre si e forte com Lisboa, acabassem por ter a capital colonial como sua referência política principal, pois daí emanavam as decisões que influenciavam diretamente suas vidas. A presença da Corte e dos principais órgãos do Estado português no Rio fez com que esses contatos se multiplicassem em diferentes planos: político, econômico, militar, religioso, judicial.

IHU On-Line - Qual foi a importância da inserção da Justiça na sociedade colonial por meio da atuação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro? De que modo a Justiça colonial influenciou na construção da Justiça atual?

Arno Wehling - O Tribunal da Relação

do Rio de Janeiro foi estabelecido em 1752 e representou maior presença do Estado como um todo — e não apenas da justiça — na região Centro-Sul do Brasil, já que o órgão tinha funções não apenas judiciais, mas também administrativas e até de governo. Embora a justiça do antigo regime tivesse características bem diversas da atual, sem dúvida alguns de seus traços permaneceram por longo tempo, chegando mesmo até hoje. Isso se deve, aliás, menos à justiça em si do que a características estruturais da sociedade brasileira, como a extrema desigualdade

**“D. João foi um
governante que esteve à
altura dos acontecimentos.
Sem ser uma figura
exponencial, também não
foi o medíocre e
incompetente que a
tradição positivista e
republicana, tanto em
Portugal quanto no Brasil,
o transformaram”**

dos níveis de renda, ou o mandonismo rural, ou ainda a excessiva tutela do Estado sobre a vida social.

IHU On-Line - Que transformações políticas e econômicas ocorridas no Período Joanino contribuíram para lançar as bases do Estado nacional brasileiro? O que o senhor destacaria de mais significativo?

Arno Wehling - As bases do Estado nacional brasileiro, tanto quanto podem ser identificadas no período entre 1808 e 1813, de permanência da

Corte no Rio de Janeiro, se encontram em transformações como o estabelecimento de instituições públicas portuguesas no Brasil — na verdade, toda a máquina estatal central —, a definição do Rio como centro de decisão do império português e o reconhecimento do idêntico estatuto político do Brasil e de Portugal (o Reino Unido).

IHU On-Line - O senhor concorda que o Período Joanino realizou a façanha de iniciar a formação de uma nova entidade geopolítica, que acabou se convertendo no Brasil atual?

Arno Wehling - A centralização proporcionada pela presença da Corte e das instituições estatais no Rio de Janeiro certamente contribuiu para a constituição de um novo ente político, o Brasil, que se tornaria realidade em 1822. Sintoma disso foi, entre outros, a reação de deputados baianos e pernambucanos nas cortes de Lisboa, apoiando medidas que esvaziavam o significado político do Rio e consequentemente implodiam a possibilidade de um país unificado. Claro está que isto não foi um objetivo geopolítico de D. João ou de seus ministros. Ao contrário, as autoridades metropolitanas sempre procuraram fragmentar a direção da colônia, política que se evidenciou na atitude das cortes em 1821-1822. Mas a atuação da Corte e do governo no Rio acabou por conduzir à centralização.

IHU On-Line - Em 1808, os habitantes da colônia se consideravam portugueses e bairrantes, portugueses e mineiros, ou seja, além de portugueses, mantinham uma identidade bairrista. Hoje, embora a população se caracterize como brasileira, podemos dizer que o povo carrega, ainda como na época da colônia, uma identidade regional? Como as diferenças regionais contribuem para a formação da identidade nacional?

Arno Wehling - A constatação da força das identidades regionais em 1808 e da frágil identidade geral foi primeiramente destacada pelo historiador Capistrano de Abreu² há cem anos. Em 1821,

² João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927): historiador brasileiro. Estudou em Fortaleza e Recife, mudando-se para o Rio de Janeiro em 1875, onde trabalhou no jornal *Gazeta*

o quadro já mudara e, nas décadas seguintes, houve um esforço de construção da identidade nacional a partir da elite político-cultural do eixo fluminense-mineiro-paulista, com a gradual adesão das lideranças das demais províncias, temerosas de que uma fragmentação política conduzisse à guerra civil, como na América Espanhola, ou a rebeliões escravas, como no Haiti. No Brasil de hoje, com certeza, as identidades regionais são fortes, a despeito do estreitamento das comunicações e de uma certa pasteurização cultural. E se constituem muito mais em elos de uma corrente identitária suprarregional, nacional, do que em base para potenciais conflitos. Estamos longe da balcanização e o primeiro e longínquo passo para isso foi dado com a presença da Corte no Brasil.

IHU On-Line - Que diferenças o senhor aponta no modo como a historiografia portuguesa tratou a fuga de D. João no século XIX e como os historiadores abordam a questão atualmente?

Arno Wehling - Parte substancial da historiografia oitocentista portuguesa estigmatizou a saída da Corte como “fuga” e o príncipe como “poltrão” porque era positivista e/ou republicana, vale dizer, anti-monarquista. Despidos os preconceitos ideológicos, percebe-se hoje em dia, nos dois lados do Atlântico, que a transferência foi uma opção estratégica. A alternativa não era, como às vezes se pensa, a aliança de Portugal com a França: era a eliminação de Portugal como Estado, desmembrado em três unidades e a abolição da dinastia reinante. Há, ademais, muitos outros exemplos de opções semelhantes: ou alguém se lembra de tachar como fuga ou covardia a emigração para a Inglaterra de vários monarcas de países invadidos pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial? Seria Churchill igualmente condenável por ter pensado em transferir a família real e o gabinete para o Canadá, se tivesse vingado a invasão alemã da ilha?

de Notícias. Em 1879, foi nomeado oficial da Biblioteca Nacional. (Nota da IHU On-Line)

Um retrato do pitoresco brasileiro

De acordo com Lorelai Kury, a transferência da Corte para o Brasil proporcionou a formação de uma comunidade científica local e a criação de novas instituições de pesquisa

POR PATRICIA FACHIN

Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, Lorelai Kury, historiadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), chama a atenção para o trabalho dos pintores viajantes que retrataram as realidades consideradas exóticas no Brasil do século XIX. Entre os viajantes-naturalistas, a pesquisadora destaca a importância de Saint-Hilaire e Martius, considerados “especialistas em assuntos brasileiros”.

Lorelai Kury é graduada em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em História, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e doutora em Histoire Civilisations, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Atualmente, é docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A historiadora estará presente em Unisinos na próxima quinta-feira, 26-06-2008, participando do *Colóquio Internacional A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. No encontro, ela participará de um debate sobre cultura e sociabilidade no Brasil nos primórdios do século XIX.

IHU On-Line - A vinda da Corte para o Brasil contribuiu para o desdobramento de novos ambientes artístico-culturais?

Lorelai Kury - A vinda da Corte não só por causa dela em si, mas devido ao advento da imprensa, propiciou uma série de transformações mais amplas, inclusive na sociabilidade intelectual e cultural dos habitantes do Brasil. Além disso, a transferência da família real para a colônia trouxe uma série de pessoas para habitarem a região. Elas não eram habituadas ao tipo de vida colonial e demandaram uma série de serviços e produtos, que não estavam necessariamente disponíveis, anteriormente. Então, elas trouxeram para o país tropical alguns hábitos e tentaram transformar essa realidade de uma forma muito abrupta. Então, principalmente para o Rio de Janeiro houve uma transformação mais radical, no sentido de apresentar novas demandas culturais. Mas o que vejo de real mudança, do ponto de vista da sociabilidade científica, foi a vinda da imprensa, que propiciou a formação de uma comunidade científica local.

IHU On-Line - Como, no período de transição para a Independência, a imprensa contribuiu para difundir idéias de maior autonomia econômica e política para o Brasil? Se compararmos com a atualidade, a imprensa, hoje, desempenha um papel decisivo nesses aspectos?

Lorelai Kury - A atuação da imprensa é relevante não apenas por causa do conteúdo que veicula, mas por criar, entre seus leitores, uma espécie de “comunidade imaginada”, que, no caso do Brasil, fortaleceu a identidade americana e brasileira. Hoje em dia, com o advento da televisão e da internet, as identidades globalizadas e supranacionais são fortalecidas.

IHU On-Line - Como a cultura científica francesa do final do século XVIII in-

fluenciou na construção da cultura científica brasileira?

Lorelai Kury - A cultura científica francesa era hegemônica no final da século XVIII e na época da vinda da Corte. Mesmo em guerra com Bonaparte, os portugueses e brasileiros admiravam e procuravam copiar as instituições científicas francesas. No periódico *O Patriota*,¹ publicado no Rio de Janeiro, entre 1813 e 1814, a presença da ciência francesa é enorme.

IHU On-Line - Como a senhora percebe a atuação dos pintores viajantes no século XIX? Como suas obras ajudaram a construir uma nova percepção da realidade da época?

Lorelai Kury - Os artistas que vieram em algumas das mais importantes viagens científicas tinham muitas vezes uma formação específica em pintura de história natural. Eles trouxeram para o Brasil as novas modas européias e ajudaram a formar os pintores locais e os artistas nascidos na colônia, que não tinham experiência européia. Nessa época, há a presença do neoclassicismo e de pinturas de viagens pitorescas, que eram empregadas para pintar outros países e realidades consideradas exóticas. Nesse sentido, esses pintores trabalharam com o pitoresco brasileiro.

IHU On-Line - Nesse contexto, qual foi a importância do naturalista Von Martius?

Lorelai Kury - Ele foi um dos maiores naturalistas que vieram ao Brasil. Foi um grande especialista em palmeiras e um importante botânico. Além de ter uma excelente formação, ele ajudou a organizar essas áreas no Brasil. Até hoje, os botânicos são devedores do trabalho do Martius² e da sistematização que ele produziu da botânica brasileira. Além disso, ele era considerado, na época, um grande amigo do Brasil, um especialista em temas brasileiros, como a língua indígena. Não é a toa que várias década-

das depois de sua viagem ao Brasil, ele continuava sendo consultado a respeito desses temas.

IHU On-Line - Qual é o papel dos naturalistas franceses no registro do período joanino?

Lorelai Kury - O naturalista francês mais importante do período joanino foi Saint-Hilaire.³ Ele era considerado, assim como Martius, um grande especialista em assuntos brasileiros. Inclusive, ele saiu do Brasil um pouco antes da Independência, e, ao retornar à França, foi convidado para opinar sobre o que estava acontecendo no Brasil e para esclarecer as novas possibilidades do novo país. Ele também foi uma pessoa importante, no sentido de organização da flora brasileira, e era bastante erudito. As observações dele sobre os costumes das populações são bastante interessantes. Existiram outros franceses que ficaram menos tempo no Brasil, mas que tiveram uma atuação mais pontual com relação tanto à natureza quanto aos costumes dos habitantes da época. Os naturalistas franceses tinham uma grande influência, inclusive de longe, porque as relações entre as instituições de cientistas brasileiros e o Jardim Botânico de Paris, por exemplo, foram muito fortes ao longo de todo o século XVIII e XIX.

IHU On-Line - De que maneira os relatos produzidos por Saint-Hilaire e demais viajantes-naturalistas contribuíram para a construção da imagem dos portugueses americanos no exterior e para a divulgação do que era o Brasil na época?

Lorelai Kury - Do século XVI ao XVIII, a imagem do Brasil era fundamentalmente vinculada aos indígenas. Somente no século XIX, com a grande quantidade de relatos de viagens ao Brasil, é que a vida dos colonos começa a ganhar descrições pormenorizadas, agora indissociáveis da escravidão. O Brasil era associado imediatamente aos escravos e à natureza exuberante. Outros aspectos, como a

ausência de mulheres em espaços públicos e a religiosidade “barroca” de seus habitantes, também eram acentuados.

IHU On-Line - Com a vinda da família real, quais as mudanças ocorridas no modelo de urbanização do Rio de Janeiro? Como os novos hábitos e valores conviveram com os antigos costumes da tradição colonial?

Lorelai Kury - Com a vinda da Corte e a nomeação do intendente de polícia, Paulo Fernandes Viana, e as análises do físico Manuel Vieira da Silva,⁴ percebemos que D. João tomou uma série de medidas para transformar padrões arquitetônicos e delimitar as formas de construção das casas, ruas, iluminação públicas etc. Ocorre que, na realidade, algumas dessas mudanças já tinham sido implementadas, pelo menos nominalmente, antes da vinda da Corte, entretanto não eram seguidas. Analisando a documentação da época, que comunicava as mudanças que a polícia queria instituir, é interessante perceber que as coisas continuaram como antes. Os prédios permaneciam à moda antiga, inclusive com aquelas janelas tradicionais. É como até hoje no Brasil, ou seja, algumas coisas não passam de letra morta. Os hábitos duram muito mais do que a lei gostaria que durasse. Então, a tradição colonial conviveu com as inovações modernas ao longo de todo o século XIX.

IHU On-Line - Qual a importância de instituições como a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico? De que maneira essas organizações modificaram a vida na colônia?

Lorelai Kury - A Biblioteca foi fundamental. Certamente, graças à vinda dos livros para a biblioteca real é que temos a nossa maravilhosa Biblioteca Nacional. Lógico, com relação ao Jardim Botânico e algumas outras instituições, como a Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro e a Escola Cirúrgica da Bahia, se tem o início da constituição de instituições oficiais que congregam cientistas, estudiosos etc. Há, nesse momento um

1 *O Patriota* foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no início do século XIX. Foi a primeira revista literária publicada na cidade, a segunda no país. Circulou mensalmente de 1811 a 1813 e bimestralmente em 1814, quando cessou a sua publicação. (Nota da IHU On-Line)

2 Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868): médico, botânico e antropólogo alemão. Em suas viagens ao Brasil, estudou a região da Amazônia. (Nota da IHU On-Line)

3 Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853): foi um botânico, naturalista e viajante francês. Ele viajou alguns anos pelo Brasil, registrando os costumes e paisagens brasileiros do século XIX. (Nota da IHU On-Line)

4 Manuel Vieira da Silva: foi um jornalista português e funcionário da Secretaria da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Começou a sua carreira de jornalista no semanário *O Industria*, colaborando depois em outros jornais dos Açores. Foi um dos redatores do jornal *Terceira*. (Nota da IHU On-Line)

fortalecimento desses grupos ligados ao trabalho intelectual e científico. Claro que, no tempo dos vice-reis, várias transformações já tinham começado a ocorrer, inclusive a fundação de algumas sociedades que reuniam os intelectuais, “homens de ciências e de letras”, como eles denominavam na época. Mas, sem dúvida, a vinda da Corte representou um momento de transformações mais aceleradas, no sentido da criação de instituições mais modernas.

IHU On-Line - Como a senhora descreve a imagem de D. João, enquanto um colecionador de árvores exóticas?

Lorelai Kury - Ele teve muitos cortesãos e homens políticos em torno dele, que eram muito mais voltados para esse tipo de interesse. Mas, certamente, ele acompanhou as diversas preocupações da época. Algumas medidas tomadas por ele também vinham do tempo dos vice-reis e mesmo daqueles viajantes que foram discípulos do Domingos Vandelli,⁵ um naturalista diretor do Museu da Ajuda, na época em que a Corte ainda não tinha chegado ao Brasil. Então, esse tipo de interesse em plantas exóticas, na utilidade da natureza, já existia anteriormente, só que o centro desses interesses ficava em Portugal, principalmente em Lisboa e Coimbra. Com a vinda da Corte, há, paulatinamente, um deslocamento. Assim, as instituições científicas de Coimbra e Lisboa vão perdendo importância em termos de império português, e o Rio de Janeiro ganha destaque como centro do império. É claro que isso durou apenas alguns anos. O Rio de Janeiro nem sempre foi aceito, principalmente pelos cortesãos e habitantes de Portugal, como centro. Mas, de fato, cada vez mais as ciências passaram a se organizar em função das instituições da Corte, no Brasil, e não mais em Coimbra ou Lisboa, como é o caso da Jardim Botânico, que passou a realizar experiências de aclimação de plantas exóticas.

5 Domenico Agostino Vandelli (1735-1816): também conhecido como Domingos Vandelli, foi um naturalista italiano, muito importante para o desenvolvimento da história natural e da química em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. (Nota da IHU On-Line)

Rio Grande do Sul: uma fronteira para o expansionismo joanino

Para o historiador Fábio Kühn, o Período Joanino representou uma comunhão de interesses entre a elite sul-rio-grandense e as pretensões de D. João

POR PATRICIA FACHIN

“A vinda da Corte marcou o início do processo de ‘interiorização da Metrópole’”, avalia Fábio Kühn, historiador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Nesse processo, considera, o estado gaúcho apareceu com grande destaque. “O Rio Grande do Sul enquanto garantidor das fronteiras portuguesas – e depois brasileiras – na região Sul se definiu nesta época”, complementa. Na prática, explica, “isto significou investimentos em terras e sociedades comerciais por parte dos portugueses emigrados, além do reforço dos vínculos sociais entre as elites locais e do centro imperial, no caso o Rio de Janeiro”.

Kühn possui graduação e mestrado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além disso, é doutor em História, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e foi investigador visitante, junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005. O pesquisador participará do debate “Etnias, ocupação de território e projetos de civilização no Brasil nos primórdios do século XIX”, na noite da próxima sexta-feira, 27-07-2008, no Auditório Central, na Unisinos. O evento faz parte do *Colóquio Internacional a Corte no Brasil. População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*, que ocorre na universidade entre os dias 23 e 27 de julho de 2008.

IHU On-Line - Quem era o gaúcho de 1808? Ele mudou hábitos e costumes com a chegada da Corte Portuguesa?

Fábio Kühn - Na verdade, a expressão “gaúcho” tinha um significado completamente diferente no início do século XIX. O termo ainda não qualificava os naturais do Rio Grande do Sul, mas fazia alusão àqueles indivíduos avulsos que viviam nos campos, os “homens sueltos”. Originalmente, o termo tinha uma conotação até pejorativa. Quanto aos habitantes sul-rio-grandenses da época, tinham, sim, hábitos e costumes “rústicos e agrestes”, mas o impacto da transferência da Corte não alterou de imediato esta forma de viver. Com o desenvolvimento econômico e social verificado ao longo do século XIX, pode-se dizer que houve uma modernização da sociedade.

IHU On-Line - Como era o Rio Grande do Sul na época em que a Corte Portuguesa chegou ao Brasil?

Fábio Kühn - O Rio Grande do Sul era uma região de fronteira, com a pos-

**“O papel do Rio Grande do Sul para o
expansionismo joanino foi fundamental. Pode-se
dizer que houve uma comunhão de interesses entre
a elite sul-rio-grandense e as pretensões de D.
João sobre a Banda Oriental”**

se territorial ainda bastante recente pelo império português. Desde o final do século XVIII, o Continente do Rio Grande vinha se integrando às estruturas imperiais, especialmente através dos seus vínculos com o Rio de Janeiro, de onde vinham os escravos e mercadorias européias, e para onde era enviada boa parte da produção de charque e trigo que caracterizava a economia local na época.

IHU On-Line - O que a transferência da Corte Portuguesa significou para o Rio Grande do Sul?

Fábio Kühn - Assim como para as regiões Sudeste e Sul do Brasil, a vinda da Corte marcou o início do processo de “interiorização da Metrópole”, nas palavras de Maria Odila Silva Dias. Este processo foi marcado pelo enraizamento dos interesses portugueses na região Centro-Sul do Brasil e, nesse aspecto, o Rio Grande do Sul aparecia com destaque. Na prática, isto significou investimentos em terras e sociedades comerciais por parte dos portugueses emigrados, além do reforço dos vínculos sociais entre as elites locais e do centro imperial, no caso o Rio de Janeiro.

IHU On-Line - Que aspectos políticos e econômicos construídos a partir de 1808 foram fundamentais para a “constituição” do Rio Grande do Sul, como conhecemos hoje?

Fábio Kühn - É difícil ver este tipo de continuidade, mas, sem dúvida, o papel do Rio Grande do Sul enquanto garantidor das fronteiras portuguesas, e depois brasileiras, na região Sul, definiu-se nesta época. Da mesma forma,

o tipo de inserção econômica do estado, voltado para o abastecimento do mercado interno brasileiro, também se definiu neste momento.

IHU On-Line - Que tipo de relações passaram a existir entre a Capitania do Rio Grande de São Pedro e o Centro-Sul, após a vinda da Corte?

Fábio Kühn - Já aponte alguns elementos desta relação, mas quero enfatizar que os vínculos entre o Rio de Janeiro, sede da Corte, e o Rio Grande do Sul são efetivamente reforçados. De fato, parece ter havido uma espécie de cooptação das elites gaúchas pelo projeto político bragantino de formação de um império luso-brasileiro nos trópicos. Todavia, essa cooptação parece não ter sido completa, pois a Guerra dos Farrapos evidenciaria uma ruptura, não consumada, entretanto.

IHU On-Line - Podemos dizer que no período de D. João houve uma aceleração do tempo histórico devido ao aumento populacional que se deu na época? A elevação populacional no Rio Grande do Sul significou crescimento econômico e social para a capitania?

Fábio Kühn - Que houve aumento populacional, não há dúvida. Tanto é que a população do Rio Grande do Sul passou de aproximadamente 18 mil pessoas em 1780 para mais de 70 mil em 1814. Ou seja, a população quase quadruplicou em pouco tempo. Agora, falar em aceleração do tempo histórico me parece um tanto anacrônico. Não que as mudanças não tenham ocorrido. Acontece que elas não fo-

ram tão rápidas quanto se costuma pensar. As estruturas sociais e mentais de Antigo Regime se mantiveram ainda bem adiantado o século XIX.

IHU On-Line - Um ano após a chegada da Corte Portuguesa, Porto Alegre foi nomeada vila da capitania. Qual a importância desse fato para o Estado?

Fábio Kühn - Porto Alegre já era a capital desde 1773, mas não tinha a condição jurídica de vila. Neste sentido, a elevação de Porto Alegre à vila somente reafirmava sua importância enquanto centro político e administrativo do Rio Grande do Sul. A elevação do Rio Grande do Sul à condição de capitania-geral, efetivada em 1809, com a posse de Dom Diogo de Souza¹ como primeiro governador e capitão-general, foi politicamente mais relevante. O Rio Grande do Sul deixava de ser capitania subalterna e ganhava mais autonomia dentro da configuração política do império luso-brasileiro.

IHU On-Line - Que função o Rio Grande do Sul deveria desempenhar no projeto expansionista joanino sobre o Prata?

Fábio Kühn - O papel do Rio Grande do Sul para o expansionismo joanino foi fundamental. Pode-se dizer que houve uma comunhão de interesses entre a elite sul-rio-grandense e as pretensões de D. João sobre a Banda Oriental. Juntava-se “a fome com a vontade de comer”, isto é, atendia-se aos interesses dos estancieiros gaúchos que queriam o acesso ao gado e terras da Banda Oriental, ao mesmo tempo em que o império bragantino incorporava um território que atendia ao seu projeto estratégico e político de constituição de uma “fronteira natural”, no Prata.

¹ **Diogo de Sousa**: primeiro conde de Rio Pardo, (1755-1829), foi um militar e administrador colonial português. Foi governador da capitania de São Pedro do Rio Grande, governador militar da Cisplatina (Uruguai) de dezembro de 1811 a março de 1812, vice-rei e capitão-geral da Índia de 1816 a 1821 e ministro da guerra do rei de Portugal Dom Miguel, de 3 de maio de 1828 a 20 de fevereiro de 1829. (Nota da IHU On-Line)

Corte Portuguesa x sociedade fluminense: uma relação de interesses?

Segundo Jurandir Malerba, a elite colonial sustentou a estadia da família real no período joanino

POR PATRICIA FACHIN

“**A** presença da Corte no Rio de Janeiro imantou as elites locais em torno de um projeto de poder que exigia a manutenção da integridade territorial, mas particularmente a manutenção do regime produtivo, baseado na concentração da terra, na produção monocultora voltada ao abastecimento externo, e no trabalho escravo”, afirma o historiador Jurandir Malerba. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o pesquisador analisa as relações entre as elites portuguesa e fluminense e os motivos que levaram D. João retornar à Portugal.

Malerba é doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp). Ele estará esta semana na Unisinos, participando do colóquio *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*.

IHU On-Line - Um ponto fundamental do seu livro é o encontro entre a Corte Portuguesa e a sociedade fluminense, em especial os comerciantes de “grosso trato”. Que tipo de mudanças esse encontro trouxe para a cidade?

Jurandir Malerba - Duas coisas são fundamentais: primeiro, que D. João trouxe consigo o Estado português. Aqui, se instalou todo o aparato administrativo do império lusitano, com suas mesas, secretarias e desembargos, com suas forças militares, etc. Ora, quando, imediatamente, após o retorno do rei (1821) fez-se a Independência (1822), já havia aqui um aparelho de Estado em funcionamento, que sofreu poucos ajustes de imediato. Segundo, e tão importante quanto, foi o modo como se deu a aproximação, durante o período joanino, do príncipe regente e sua Corte com as elites residentes (com ênfase nos negociantes) do Rio de Janeiro, num sistema simbiótico, de “toma-lá-dá-cá”, que definiu qual seria o projeto vitorioso após a eman-

ciação política.

A definição de uma “nação” caberá aos homens de letra, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. As mudanças na cidade não são necessariamente decorrentes do encontro das elites, mas explicam-se pela necessidade de se adequar a cidade (que não passava de uma precária capital de colônia, com metade de seus habitantes constituída de negros) para a satisfação das demandas que se fizeram prementes com a presença da família real, antes de qualquer outra coisa. Como não se sabia ao certo, nos primeiros anos, quanto tempo essa permanência iria durar, as “benfeitorias” excederam as demandas dionísias do príncipe regente e canalizaram-se para as urgências do Estado.

No meu entender, D. João jamais teria voltado por vontade própria ao decadente reino português. Retornou em função da Revolução do Porto (1821), onde foi apagar o incêndio constitucionalista. Os comerciantes, por seu turno, não queriam dinheiro, pois o

tinham de sobra, com o qual bancaram a permanência da família real na colônia. Mas queriam, sim, duas coisas: primeiro, vantagens (liberdades, isenções, franquias) para tocar seu negócio; segundo, queriam “distinção” (foros de fidalguia, nobreza, ascensão social). Pois não podemos esquecer que se tratava, ainda, de uma sociedade de corte de antigo regime, em seus momentos derradeiros, mas ainda uma sociedade de corte de antigo regime.

IHU On-Line - O senhor percebe relações entre o período joanino e a Independência do Brasil? A transferência do Estado Português para o Brasil foi fundamental para que nosso país pudesse encaminhar seu processo de emancipação política?

Jurandir Malerba - Muitos autores não gostam de misturar uma coisa (a vinda da Corte) com outra (a Independência). Mas não há como negar essa correlação. Basta lembrar o que aconteceu na América Espanhola, que se esfacelou (para bem ou para mal), por meio de revolu-

ções cruentas, em inúmeros entes políticos em que, na maioria, se adotou o regime republicano e se aboliu o trabalho escravo. A presença da Corte no Rio de Janeiro imantou as elites locais (nomeadamente as do Centro-Sul) em torno de um projeto de poder que exigia a manutenção da integridade territorial, mas, particularmente, a manutenção do regime produtivo, baseado na concentração da terra, na produção monocultora voltada ao abastecimento externo, e no trabalho escravo. Esse foi o botim que receberam as elites locais em troca da preservação de um corpo político unitário, monárquico, que manteve à testa um herdeiro da Casa de Bragança. Enfim, D. João, talvez muito a contragosto, foi uma figura importante na trajetória do Brasil, pois era o mandatário do império português nesse quadrante fundamental da história mundial (e não apenas européia ou ocidental) do império português, que se estendia pela América, África e Extremo Oriente. Mas devemos ser ponderados nesse juízo. Para ficar na estrita esfera do Estado e das relações diplomáticas, sozinho D. João não teria feito o que fez. Havia um aparato de Estado e uma cultura política em reação a que e dentro da qual se movia. Mas não fosse ele, não tivesse morrido seu irmão D. José, não tivesse ficado incapacitada sua mãe, a rainha D. Maria, como agiria outro mandatário? Não se pode desprezar a força das circunstâncias.

IHU On-Line - Qual é a sua percepção sobre a visão dos brasilianistas no que se refere à vinda da Corte para o Brasil? Há uma distinção histórica feita por esses pesquisadores e os historiadores brasileiros?

Jurandir Malerba - Até algumas décadas atrás, talvezoubesse uma diferenciação de abordagem e de teses sobre este e outros assuntos da história do Brasil, tal como praticada por brasileiros e estrangeiros. Todavia, de alguns anos para cá, mercê talvez do maior intercâmbio e das facilidades da comunicação instantânea, embora seja naturalmente perceptível um certo “sotaque” em ambas historiografias, as questões de fundo são muito próximas, senão muita vez as mesmas.

Veja-se, por exemplo, o trabalho de Kirsten Schultz, sobre a cultura política no Brasil da “era das revoluções”, vis-à-vis os trabalhos, por exemplo, de Lara Lis Schiavinato ou Lúcia Pereira das Neves.¹ Ou o trabalho de Hendrik Kraay sobre a participação das camadas populares no processo de independência na Bahia vis-à-vis os de Luiz Geraldo da Silva,² sobre Pernambuco. Estas distâncias tendem a ficar cada vez menores.

IHU On-Line - Quanto ao personagem histórico D. João VI, que é visto por um lado como governante inseguro e despreparado e de outro como estrategista, em que lugar o senhor o colocaria? E por quê?

Jurandir Malerba - Essas visões opostas sobre D. João ora como um bobalhão inseguro, glutão, carola etc., ora como hábil governante e estrategistas, têm relação com a construção da memória que dele se fez ao longo de dois séculos. As visões positivas começaram a ser construídas à época de sua vida, por áulicos devotados, como o Visconde de Cairu, entre tantos, e continuaram depois (Oliveira Lima faz uma apologia do soberano em 1908, com seu D. João VI no Brasil). As negativas começaram, principalmente, a partir do advento da república, com aqueles que queriam enterrar o passado colonial, monárquico e escravista do Brasil, e também são inúmeros: Tobias Monteiro, Otávio Tarquínio, José Honorário Rodrigues.

De fato, D. João não foi talhado para ser rei, mas a responsabilidade caiu-lhe ao colo com a morte do irmão primogênito, que receberia a coroa. E recebeu muito moço a incumbência, devido ao impedimento de sua mãe, D. Maria, com seus distúrbios mentais. No contexto conturbado em que viveu e reinou, até que D. João saiu-se muito bem: manteve-se à frente do império português e, quando foi instado a retornar a Portugal, deixou o primogêni-

to à frente do Brasil, numa hábil manobra que manteve dentro de sua casa o domínio do reino e da mais próspera de suas colônias. Mas há que considerar que, se a última palavra era do rei, ele estava cercado de um escol de grandes estadistas, como o conde de Linhares, o conde da Barca, D. Fernando José de Portugal, Thomas Antonio Vilanova Portugal,³ o visconde de Rio Seco. Todos eles com grande descortínio político e com uma fidelidade sem limites a seu soberano.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a partida de D. João de Portugal? Ela representou uma fuga ou estratégia?

Jurandir Malerba - Depende do ponto de vista. Há toda uma história sobre as ocasiões em que se cogitou a possibilidade da transferência da sede da coroa para o Brasil, desde os tempos coloniais. A rigor, no contexto do bloqueio continental, os preparativos para a evasão vinham sendo feitos, pelo menos, desde agosto de 1807 (a partida deu-se em novembro). Mas não se sabia se tal fuga seria inevitável ou não, muito menos em que momento se daria. Quando D. João ficou sabendo do aviso dado por Napoleão de que a casa de Bragança não mais reinava na Europa, as tropas de Junot⁴ já se avistavam de Lisboa. De modo que, se a partida vinha sendo preparada, o embarque em si fora tumultuado, como testemunham inúmeros relatos de época.

³ Thomas Antonio de Vilanova Portugal (1755-1839): foi um magistrado e político português. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1807, tornou-se figura proeminente, especialmente nos últimos anos do reinado de D. João VI em terras brasileiras. Reuniu sob sua direção as pastas do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e, transitariamente, a da Marinha. Depois do seu regresso a Lisboa, em julho de 1821, passou a viver na obscuridade, morrendo quase na miséria. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Jean-Andoche Junot (1771-1813): foi um militar francês. no posto de sargento, foi escolhido como ajudante-de-ordens de Napoleão Bonaparte, com quem fez carreira na Itália, no Egito (1798-1801), na Áustria (1805), na Guerra Peninsular (1807-1808, 1810) e na Campanha da Rússia (1813). Alcançou o posto de general durante a Campanha do Egito, mas, ferido em um duelo, foi capturado quando de seu retorno como inválido à França. O seu envolvimento com Portugal iniciou-se a partir de 1804, quando serviu um curto período como representante diplomático acreditado em Lisboa. (Nota da IHU On-Line)

¹ Lúcia Pereira das Neves: historiadora brasileira, autora de, entre outros, *O Império do Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999) e *Corundas e constitucionais: a cultura política da Independência* (1820-1822) (Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003). (Nota da IHU On-Line)

² Luiz Geraldo da Silva: historiador brasileiro, autor de, entre outros, *O Brasil dos holandeses* (São Paulo: Atual, 1997). (Nota da IHU On-Line)



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

Rio Grande do Sul: “Existe uma crise de legitimidade”

Eduardo Carrion analisa a crise política gaúcha e aponta que o problema começou com a política de alianças com objetivos imediatos, sem visão estratégica

POR GRAZIELA WOLFART

“**N**o plano político, parece que não honramos mais nossas tradições republicanas que remontam em grande parte à experiência castilhistas. Houve uma espécie de demissão da classe política local. Os partidos políticos e a prática política regional não fomentaram a formação de uma nova geração política efetivamente comprometida com o ideário republicano.” A opinião é de Eduardo Kroeff Machado Carrion, professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Fundação Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e ex-diretor da Faculdade de Direito da UFRGS. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Carrion reflete sobre a atual crise política que vive o Rio Grande do Sul, a partir das denúncias de desvio de verbas de instituições estatais para financiamento de campanhas políticas. Para o professor, “as mazelas que estamos presenciando na vida política local não deixaram de ser um choque de realidade”. No entanto, ele acredita que “é o momento de pensarmos em alternativas em termos de gestão pública. O Rio Grande do Sul pode novamente ser inovador nesse aspecto”. Eduardo Carrion é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela UFRGS, e mestre em Direito Constitucional e Ciência Política, pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne.

IHU On-Line - Como entender a crise política gaúcha hoje? Quais são as origens do episódio que motivou o problema e a falta de legitimidade a que chegou o governo do Rio Grande do Sul?

Eduardo Carrion - Creio que o problema já começou com a política de alianças com objetivos imediatos, sem visão estratégica, o que levou ao loteamento de cargos e à falta de profissionalização no comando do

**“O Rio Grande do Sul
perdeu espaço
econômico, político e
cultural nas últimas
décadas”**

aparelho estatal, como, aliás, confessou o ex-chefe da Casa Civil,

César Buzatto. Em que pese algum sucesso na política financeira, mas com alto custo social, haja vista a falta de efetivos investimentos em áreas sensíveis como segurança, saúde e educação, existe uma crise de legitimidade provocada em grande parte pelas denúncias de irregularidades e de desvio de recursos públicos em órgãos estatais. Sem falar na inexistência de uma verdadeira política ambiental, hoje prioridade

**“O que se anunciou
como novo foi
finalmente
a reiteração do velho,
a repetição dos aspectos
mais atrasados da vida
política nacional”**

**“Não vejo condições
de grandes inflexões
nos rumos do governo
atual. A mediocridade
persistirá”**

**“O que se espera é que
a classe política gaúcha
aproveite esse choque
de realidade para
possibilitar um amplo
debate com a sociedade
no sentido da
regeneração da vida
política gaúcha”**

mundial, assistindo-se a uma capitulação em face dos grandes interesses empresariais.

IHU On-Line - A forma de fazer política no Rio Grande do Sul ainda guarda resquícios da tradição histórica castilhistas? Como entender que chegamos a uma “mediocridade da classe política” (usando suas palavras), após termos formado tantas grandes lideranças nacionais?

Eduardo Carrion - O Rio Grande do Sul perdeu espaço econômico, político e cultural nas últimas décadas. No plano político, parece que não honramos mais nossas tradições republicanas que remontam em grande parte à experiência castilhistas. Houve uma espécie de demissão da classe política local. Os partidos políticos e a prática política regional não fomentaram a formação de uma nova geração política efetivamente comprometida com o ideário republicano.

IHU On-Line - Qual é a influência da falta de planejamento e da escolha de dirigentes (da forma como foi feita) para chegarmos aonde chegamos?

Eduardo Carrion - As práticas do clientelismo exacerbado contaminaram a política regional, reduzindo a profissionalização no comando do aparelho estatal, com prejuízos para uma gestão mais moderna e democrática do Estado. O que se anunciou como novo foi finalmente a reiteração do velho, a repetição dos aspectos mais atrasados da vida política nacional.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre a postura de Feijó (gravação) e sobre o fato da maioria dos gaúchos apoiarem essa atitude?

Eduardo Carrion - Do ponto de vista jurídico, não há nenhuma censura a ser feita. Do ponto de vista político ou ético, algumas objeções foram levantadas com relação ao episódio. De qualquer forma, a divulgação da gravação tornou flagrante para a po-

pulação o que, em grande parte, já se sabia nos bastidores da vida política regional. Nesse sentido, prestou-se um serviço público. Por isso mesmo, a população gaúcha, em sua maioria, apoiou a iniciativa.

IHU On-Line - Como o senhor vê que a população gaúcha tem reagido diante desta crise política? O que muda na imagem do gaúcho diante dos demais estados brasileiros?

Eduardo Carrion - A própria deslegitimação do governo estadual já é resultado da consciência política do povo gaúcho. As mazelas que estamos presenciando na vida política local não deixaram de ser um choque de realidade. É o momento de pensarmos em alternativas em termos de gestão pública. O Rio Grande do Sul pode novamente ser inovador nesse aspecto.

IHU On-Line - Quais os possíveis rumos do governo do Rio Grande do Sul a partir de agora, para os próximos dois anos? O que esperar de um governo em que governadora e vice não se entendem?

Eduardo Carrion - Não vejo condições de grandes inflexões nos rumos do governo atual. A mediocridade persistirá. A esperança é aguardarmos o processo eleitoral. O que não impede que pensemos, desde agora, alternativas possíveis em termos de gestão pública.

IHU On-Line - Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o senhor afirmou que, “em certo sentido, o governo Yeda está ajudando o PT”. Pode explicar sua posição?

Eduardo Carrion - Parece ser isto. As insuficiências e os erros do governo atual, utilizando eufemismos, estão favorecendo a articulação da oposição com vistas ao processo sucessório estadual. O que se espera é que a classe política gaúcha aproveite esse choque de realidade a que me referi para possibilitar um amplo debate com a sociedade no sentido da regeneração da vida política gaúcha.

Entrevista da Semana

O que fazer com o país que nos deram?

É hora de o brasileiro crescer e de equacionarmos o pensamento sobre o Brasil. Para o jornalista e cronista Affonso Romano de Sant'Anna, ao invés de perguntarmos o que o país pode fazer por nós, a questão é: “o que você tem a dizer sobre o país que lhe deram?”

POR MÁRCIA JUNGES

“Mais do que falar de Freyre, Lobato, Sérgio, Mário, Euclides, Caio Prado, alguém deveria tentar equacionar que pensamento surgiu nos últimos 50 anos que tivesse feito avançar ou expandir esse tema”, sugere Affonso Romano de Sant'Anna, em entrevista concedida por e-mail, exclusivamente à **IHU On-Line**. “Refazendo aquela histórica frase ‘não pergunte o que o país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo país’, eu diria: ‘não fiquem reescrevendo o que os outros disseram, mas o que tem você a dizer sobre o país que lhe deram’”. E alfineta: “Penso que é hora de o brasileiro crescer. Adolescente é que vive botando a culpa nos pais. Volto à questão, o que a minha geração fez ou tem feito para ampliar esse tema?”. Outros temas discutidos com Affonso Romano são o governo Lula, a questão de uma identidade brasileira e a corrupção, sobre a qual afirma: “Não existe sociedade sem corrupção, porque é próprio do ser humano esse tipo de canibalismo amoral e apolítico”. Entre outros escritos, as perguntas realizadas pela **IHU On-Line** tiveram como base o artigo “Uma certa pergunta”, publicado por Affonso Romano na obra *Para entender o Brasil* (Org. Luiz Antonio Aguiar e Marisa Sobral. São Paulo: Alegro, 2001).

Mineiro de Belo Horizonte, Sant'Anna teve, nos anos 1960, uma participação ativa nos movimentos que transformaram a poesia brasileira, interagindo com os grupos de vanguarda e construindo sua própria linguagem e trajetória. Também data desta época sua participação nos movimentos políticos e sociais. Como jornalista trabalhou nos principais jornais e revistas do país: *Jornal do Brasil*, *Senhor*, *Veja*, *Isto É* e *O Estado de S. Paulo*. Foi cronista da *Manchete* e do *Jornal do Brasil*. Está no jornal *O Globo* desde 1988. De sua obra, composta por cerca de 30 livros de ensaios, poesia e crônicas, destacamos *Que fazer de Ezra Pound?* (São Paulo: Imago, 2003), *Desconstruir Duchamp* (Rio de Janeiro: Vieira & Leme, 2003) e *A cegueira e o saber* (Rio de Janeiro: Rocco, 2006). Affonso Romano de Sant'Anna já deu outras contribuições à **IHU On-Line**. Confira no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu): “Pensar que o artista é mais livre que um engenheiro é uma temeridade”, edição 220, de 21-05-2007; “O lápis e a folha em branco — crônica”, edição 228, de 16-07-2007; e “Novas estórias com e sobre Drummond — depoimento”, edição 232, de 20-08-2007.

IHU On-Line - Se as interpretações de Gilberto Freyre,¹ em *Casa-grande & senzala*, são inverossimilmente verdadeiras, como vê a intelectualidade brasileira atual na análise do nosso país?

Affonso Romano de Sant'Anna - As interpretações se acumulam, se contradizem e se complementam. Há várias décadas, Dante Moreira Leite² reuniu, num livro didático, a síntese das interpretações do Brasil: *O caráter nacional brasileiro*. De lá pra cá houve muita coisa, que precisaria ser também compendiada. E o país mudou muito. O mundo mudou. A realidade é uma espécie de *work-in-progress*, não permite teorias estáticas e muito rígidas. Veja o caso de D. João VI:³ essas

comemorações serviram para reavaliá-lo, tirá-lo da caricatura feita pelo espírito nacionalista antigo.

A pergunta que se deveria pôr para minha geração é: que contribuição trouxemos para entender o Brasil? Que país encontramos e que país deixaremos? Mais do que falar de Freyre, Lobato,⁴ Sérgio,⁵ Mário,⁶ Euclides,⁷ Caio Prado⁸ etc., alguém deveria tentar

Titular do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

4 José Bento Monteiro Lobato (1882-1948): escritor brasileiro popularmente conhecido pelo tom educativo, bem como divertido de sua obra de livros infantis, o que seria, aproximadamente, metade de sua produção literária. A outra metade, composta de romances e contos para adultos, foi menos popular, mas um divisor de águas na literatura brasileira. Entre seus livros, destacamos: *O picapau amarelo* (34. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001), *Dom Quixote das crianças* (27. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001), *Viagem ao céu* (45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995) e *Memórias da Emilia* (42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994). (Nota da IHU On-Line)

5 Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de "homem cordial", examinado nessa obra. A Profa. Dra. Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento IHU Idéias, de 22-08-2002, o tema "O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda" e no dia 08-05-2003, essa mesma obra no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista à IHU On-Line, publicada na edição nº 58, de 05-05-2003. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da IHU On-Line, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*. (Nota da IHU On-Line)

6 Mário de Andrade (1893-1945): poeta, romancista, crítico de arte, folclorista, musicólogo e ensaísta brasileiro. Em 1917, foi publicado o seu primeiro livro de versos: *Há uma gota de sangue em cada poema*. A sua segunda obra, *Paulicéia desvairada*, colocou-o entre os pioneiros do movimento modernista no Brasil, culminando, em 1922, como uma das figuras mais proeminentes da famosa Semana da Arte Moderna. Alguns dos seus livros de poesia mais conhecidos são *Losango cáqui*, *Clã do jabuti*, *Remate de males*, *Poesias* e *Lira paulistana*. (Nota da IHU On-Line)

7 Euclides da Cunha (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os sertões* (1902), destaca-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *À margem da história* (1909), a conferência *Castro Alves e seu tempo* (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas *Canudos: diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975). (Nota da IHU On-Line)

8 Caio Prado Júnior (1907-1990): pensador e político brasileiro, publica em 1942 sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém,

equacionar que pensamento surgiu nos últimos 50 anos que tivesse feito avançar ou expandir esse tema.

Refazendo aquela histórica frase, "não pergunte o que o país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo país", eu diria: "não fiquem reescrevendo o que os outros disseram, mas o que tem você a dizer sobre o país que lhe deram". Neste sentido, no que escrevo tanto em prosa quanto em poesia, aponto algumas coisas, que não me cabe comentar aqui. Não apenas "Que país é este?", "A grande fala do Índio guarani", "A Catedral de Colônia", mas os ensaios e crônicas em "Política e paixão", "Nós, os que matamos Tim Lopes", "Barroco, do quadrado à elipse" e "O enigma vazio".

IHU On-Line - O senhor afirmou que um país só merece esse nome quando tem justiça social, e quando não a faz é um simples "ajuntamento" ou "pretensão" de país. O Brasil avançou nesse sentido ou sua visão permanece a mesma da época em que escreveu esse artigo?

Affonso Romano de Sant'Anna - Quando passo pelos subúrbios de qualquer grande cidade do país, vem a mesma sensação: "uma coisa é um país, outra um ajuntamento". Uma tribo de primitivos me parece mais organizada e mais consistente. Tem ritos que organizam o cotidiano e lá as regras são mais claras e consistentes. Nessa confusão que foi exacerbada pela pós-modernidade está todo mundo sem centro, atordoado. Isso pode ser muito interessante para se fazer análise acadêmica, falar de Nietzsche,⁹ Derri-

uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento *I Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, promovido pelo IHU, em 14-08-2003, pela professora Marica Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista ao IHU On-Line número 70, de 11-08-2003. (Nota da IHU On-Line).

9 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedi-

1Gilberto Freyre (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA), e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Ainda recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Münster (Alemanha) e da Universidade Católica de Pernambuco. Sua produção literária é muito importante. Entre seus livros, citamos: *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mocambos*. O Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), apresentou o segundo livro na programação do *II Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, promovido no dia 15 de abril de 2004, pelo IHU. Sua palestra originou o artigo publicado no *Cadernos IHU* número 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. Algumas considerações*. (Nota da IHU On-Line)

2 Dante Moreira Leite (1927-1976): formado em filosofia pela USP e professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho nesta mesma instituição, realizou pesquisas, cujo tema central foi a questão das diferenças, dos preconceitos e estereótipos disseminados pela cultura letrada. Suas investigações voltadas mais para a área da psicologia têm caráter interdisciplinar ao dialogar com a antropologia e sociologia em busca de uma abordagem cultural e social para questões psicológicas e individuais, e com a literatura, procurando interligar razão e sensibilidade. (Nota da IHU On-Line)

3 D. João VI (1767-1826): batizado João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança, cognominado *O Clemente*, foi Rei de Portugal entre 1816 e a sua morte. Triste ao saber que se ia tornar o Rei de Portugal, costuma dizer-se que chegou a chorar. Foi sucessivamente Senhor do Infanteado e Duque de Beja, Príncipe do Brasil e Duque de Bragança, Príncipe Regente de Portugal, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Rei de Portugal e Imperador

da,¹⁰ Deleuze,¹¹ etc., mas a vida real das pessoas convertidas em objeto de consumo é constrangedora, cruel e pior que a de muitos primitivos.

IHU On-Line - A democracia no Brasil é um “mal-entendido”, nos termos propostos por Sérgio Buarque de Hollanda, como fragilização do sistema político em função das nossas características de colonização?

Affonso Romano de Sant’Anna - Vou bordejar essas questão, voltando ao que disse no princípio. Mais do que ficar discutindo o que Sérgio Buarque e outros disseram, indago quais modelos foram propostos mais recentemente? Poderia citar vários. Mas precisaria de espaço e mais pesquisa. Torço a pergunta pelo pescoço e digo o seguinte: acho que temos que olhar para frente. Alguns países atuais, como a China, se reinventaram em menos de 20 anos. No nosso caso, veja só, há mais de 20 anos que nossa ditadura acabou e tem gente botando toda culpa nos militares. Há 200 anos, declaramos a independência e continuamos a botar a culpa nos portugueses. Penso que é hora de o brasileiro crescer. Adolescente é que vive botando a culpa nos

país. Volto à questão, o que a minha geração fez ou tem feito para ampliar esse tema?

IHU On-Line - Como a questão da preponderância do privado sobre o coletivo contribui para a solidificação da corrupção em nosso país?

Affonso Romano de Sant’Anna - Certa vez, fiz várias crônicas depois de ler a história da corrupção desde a Grécia até modernamente, nos Estados Unidos. É um espanto. O mais intrigante na corrupção é que ela faz parte da estrutura não apenas ideológica, mas econômica. É quase que um “modo de produção”. Façamos um paralelo com os Estados Unidos, que vivem julgando os outros: vejamos o caso mais recente: que fabulosa corrupção implantaram no Iraque! Corrupção oficial, organizada pela presidência da República, até com a terceirização do exército através da operação “Blackwater”. A economia americana, há mais de 100 anos vive, em grande parte, da corrupção que patrocina nos países estrangeiros. Foi assim também que a Inglaterra se fez império antes dos Estados Unidos, corrompendo países e governos. Não existe sociedade sem corrupção, porque é próprio do ser humano esse tipo de canibalismo amoral e apolítico. Corrupção é como certos vírus que não conseguimos eliminar, então temos que vigiá-los, aplicar sobre eles o lancha-chama dos antibióticos para que não destruam o organismo. Mas é uma fatalidade, nosso organismo está cheio de bactérias e seres daninhos e indesejáveis, embora alguns, paradoxalmente, sejam importantes ao metabolismo do sistema.

IHU On-Line - Já fomos conhecidos como o país do jeitinho. Qual é o paradigma brasileiro atualmente?

Affonso Romano de Sant’Anna - Há um certo exagero em achar que o Brasil é que inventou o “jeitinho”. Bobagem. Todas as culturas têm seu jeitinho. É como a palavra “saúde”, outra ficção brasileira. As outras línguas têm outras maneiras de falar deste sentimento. Seria um caso espantoso se o brasileiro fosse o único povo que soubesse sentir “saúde”.

Prefiro encarar essa questão do “pa-

radigma” dentro de uma linha que está no meu novo livro *O enigma vazio: impasses da arte e da crítica na contemporaneidade* (Rocco). Os paradigmas do século XX já se esgotaram, e a crise da modernidade e da pós-modernidade é uma prova. As pessoas ficam por aí elogiando a filosofia quântica como se fosse a última novidade. Há até uma vulgata do “pensamento quântico” que invadiu a filosofia, as artes e as ciências sociais; um “relativismo” tolo que quer se passar por esperto, enfim, um facilitário da sabedoria. Sintomaticamente, vários físicos começam não só a desconfiar, mas a contradizer a teoria quântica, que por sinal não agradava muito a Einstein.¹² Por isto, temos que intensificar as análises interdisciplinares para demonstrar o que chamo de “falácias” do pensamento moderno e pós-moderno. Precisamos fazer uma análise do discurso, uma análise lingüística da retórica de nosso tempo. É neste espaço que trabalho, por exemplo, em *Barroco, do quadrado à elipse* (Rocco) e é na busca de uma nova episteme, depois do “relativismo quântico”, que se enquadra *O enigma vazio*.

Falácias da “modernocontemporaneidade”

Há uma coisa que ainda não foi devidamente explorada para se entender as falácias da “modernocontemporaneidade”. A cultura atual é prisoneira da síndrome do *double bind*, uma cultura de discurso duplo, esquizofrênico, que enlouquece qualquer um. Enfim, o discurso viciosamente ambíguo da pós-modernidade se assemelha àquilo que na filosofia se chama de “paradoxo do mentiroso”.

¹² Albert Einstein (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas idéias sobre a natureza corpuscular da luz. É provavelmente o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da revista *IHU On-Line*, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*. A publicação está disponível no sítio do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), endereço www.unisinos.br/ihu. A TV Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do *Simpósio Terra Habitável*, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da IHU On-Line)

cado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela *IHU On-Line* edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”. A edição 15 do *Cadernos IHU em formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida, encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *L'ethique du don*, (1992), *Demeure, Maurice Blanchot* (1998), *Voiles avec Hélène Cixous* (1998) e *Donner la mort* (1999). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da *IHU On-Line* edição 119, de 18-10-2004. (Nota da *IHU On-Line*)

¹¹ Gilles Deleuze (1925-1995), filósofo francês. Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line - Podemos falar em um Brasil ou em Brasis? Como as diferenças regionais auxiliam na construção de uma identidade nacional?

Affonso Romano de Sant'Anna - Olha, vou lhe dizer uma coisa que pode escandalizar: esse papo de “identidade” pode ser uma coisa perigosa, falsa e paralisante. Pode-se ficar retido na busca do “mesmo”, do “idêntico” e repetindo a metáfora bíblica da mulher de Ló - a pessoa petrificada, paralisada por só olhar para trás, para o mesmo. É tão perigoso quanto o que a modernocontemporaneidade fez ao se apaixonar pela “neofilia”, pela “diferença”. Esta palavra, aliás, virou palavra da moda, quem não botar a palavra “diferença” no seu texto não está por dentro. Fundaram até editoras com esse nome. Ora, isto é tão vicioso quanto o universo do “mesmo”, do “idêntico” pregado desde os gregos por Aristóteles¹³ e outros. Como não temos muito espaço aqui, vou sintetizar de uma maneira intrigante-instigante, falando de novo da física. Se o universo de Newton¹⁴ era estável e mecânico (lei da identidade), o universo de Borh¹⁵ e Hei-

senberg¹⁶ é quântico e instável (lei da diferença). Dentro da nova epistemologia que está surgindo, nem um nem outro detém a resposta: a resposta passa pelos dois e vai para outra margem, para “a terceira margem do rio” de que falava o nosso Guimarães Rosa.¹⁷

IHU On-Line - Você acredita que temos um projeto de nação? Qual seria ele?

Affonso Romano de Sant'Anna - Sim, há pessoas que têm esse projeto. Em geral são intelectuais. Alguns militares também tiveram isto. Pouquíssimos políticos têm um projeto de nação. O que existe em geral é projeto de poder, o que é algo pobre e mesquinho.

IHU On-Line - O Brasil é mesmo um nar-

ck, os problemas surgidos com a descoberta da radioatividade. No dia 17 de maio de 2005, durante o *Simpósio Internacional Terra Habitável*, foi apresentada a peça *Copenhague*. A trama do espetáculo remete a um misterioso encontro em 1941 entre Niels Bohr, e Werner Heisenberg, alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. A montagem foi do Núcleo Arte Ciência no Palco, da Cooperativa Paulista de Teatro, com texto de Michael Frayn. Os protagonistas da peça, Carlos Palma (Werner Heisenberg), Oswaldo Mendes (Niels Bohr) e Selma Luchesi (Margarethe Bohr), foram entrevistados na edição 142ª do IHU On-Line, de 23-05-2005. (Nota do IHU On-Line)

16 Werner Heisenberg: físico alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. Durante o *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio da humanidade*, foi apresentada a peça teatral *Copenhague*, que teve como temas centrais a questão nuclear, a ética e a responsabilidade dos cientistas, remetendo-se a um misterioso encontro, em 1941, entre os pais da física quântica, Niels Bohr e Werner Heisenberg. (Nota da IHU On-Line)

17 João Guimarães Rosa (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras histórias* (1962) e *Tutaméia* (1967). A edição 178 da IHU On-Line, de 02-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título “Sertão é do tamanho do mundo”. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa. De 25 de abril a 25-05-2006, o IHU promoveu o *Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande sertão: veredas*. (Nota da IHU On-Line)

ciso às avessas? A que se deve a baixa auto-estima de nossa população?

Affonso Romano de Sant'Anna - Essa afirmativa do Nelson Rodrigues¹⁸ não é verdadeira. É uma frase e efeito. O Brasil tem bons frasistas. Na verdade, o povo brasileiro adora o Brasil. Vai ao aeroporto e já volta moído de saudade, querendo cafezinho, feijoada e dizendo que esse é o melhor lugar do mundo.

IHU On-Line - Você qualifica o Brasil como o país da elipse barroca. Essa percepção ainda é atual?

Affonso Romano de Sant'Anna - Acho um modelo muito funcional para explicar de algum modo nossa cultura. Em *Barroco, do quadrado à elipse*, desenvolvo isto em relação ao futebol, carnaval, literatura, arquitetura, música etc. Não significa que o Brasil tenha inventado a elipse. Ela existe nas galáxias e em nosso DNA, do macro ao micro universo, mas, enquanto outras culturas tentam “enquadrar” e racionalizar, o brasileiro se deixa espiralar.

IHU On-Line - Nesse artigo, o senhor afirmou que o período de 56-60, do governo JK, foi notável, quando o país era feliz e o sabia. Como qualifica o período iniciado em 2003 até o momento, do governo Lula?

Affonso Romano de Sant'Anna - Com todas as suas contradições, é um dos governos mais interessantes que tivemos. Muito mais fecundo que os de Fernando Henrique, Collor, Itamar (que foi um governo de passagem) ou Sarney. Há inúmeras coisas a serem ditas e não temos tempo-espaço aqui, mas esse governo, como outros da América Latina atualmente exemplificam os movimentos e as redefinições do que seja “centro” e “periferia”, superando as velhas classificações ideológicas do século passado. Não sou do PT nem lulista, mas Lula é a cara do Brasil. Acho que é a primeira vez que isto ocorre. Não sei se é bom ou ruim. É um fato.

13 Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo grego, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

14 Isaac Newton (1642-1727): físico, astrônomo e matemático inglês. Revelou como o universo se mantém unido através da sua teoria da gravitação, descobriu os segredos da luz e das cores e criou um ramo da matemática, o cálculo infinitesimal. Essas descobertas foram realizadas por Newton em um intervalo de apenas 18 meses, entre os anos de 1665 e 1667. É considerado um dos maiores nomes na história do pensamento humano, por causa da sua grande contribuição à matemática, à física e à astronomia. O IHU promoveu de 3 de agosto a 16-11-2005 o *Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein*. Sobre Newton, em específico, o Prof. Dr. Ney Lemke proferiu palestra em 21-09-2005, intitulada “A cosmologia de Newton”. (Nota da IHU On-Line)

15 Niels Bohr (1885-1962): físico dinamarquês, que desenvolveu a teoria da natureza do átomo. O prêmio Nobel de física que ganhou em 1922 deve-se ao seu trabalho sobre estrutura e radiação atômica. Com a idade de 28 anos, Bohr publicou sua teoria que explicava, através da teoria quântica de Max Plan-

18 Nelson Falcão Rodrigues (1912 - 1980): dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU e está em exibição nos cinemas de Porto Alegre, como o Arteplex, do Shopping Bourbon.

O sonho de Cassandra

Ficha técnica

Título original: Cassandra's dream

Diretor: Woody Allen

Gênero: Drama

Tempo de duração: 108 minutos

Ano de lançamento: (EUA / Inglaterra / França): 2007

Elenco: Ewan McGregor (Ian), Colin Farrell (Terry), John Benfield (pai), Clare Higgins (mãe), Tom Wilkinson (Howard)

Resumo: Ian (Ewan McGregor) e Terry (Colin Farrell) são irmãos que decidem comprar o barco "Cassandra's Dream", apesar dos problemas financeiros que ambos atravessam. Quando ambos estão precisando de dinheiro, aproveitam a visita de um tio para lhe pedir dinheiro. Mas, em troca, o tio quer que eles matem uma pessoa capaz de prejudicá-lo.

O sonho de Cassandra

POR VOLTAIRE DANCKWARDT

Woody Allen namora com os textos clássicos desde as comédias impagáveis dos anos 70, como *A última noite de Boris Grushenko* e *Sonhos eróticos de uma noite de verão*. Em *Boris Grushenko*, a alma da literatura russa parece exposta em sua essência trágica e patética, como na hilária conclusão final do personagem em que afirma nada valer a pena, pois não existem garotas na vida depois da morte e não é possível confiar em anjos. Nem

William Shakespeare¹ escapa do olhar afiado do cineasta. *Sonhos eróticos* leva ao limite sua irreverência, quando analisa, transforma e sintetiza os amores de Demétrio e Lisandro pela bela Hérnia de Sonhos de uma noite

¹ William Shakespeare (1564-1616): dramaturgo inglês. Considerado por muitos como o mais importante dos escritores de língua inglesa de todos os tempos. Como dramaturgo, escreveu não só algumas das mais marcantes tragédias da cultura ocidental, mas também algumas comédias, 154 sonetos e vários poemas de maior dimensão. (Nota da IHU On-Line)

de verão, nas ações de Andrew e Leopold e da delicada Ariel.

Em *Poderosa Afrodite*, filme de 1995, Allen busca na tragédia grega a base para a construção de um emocionado, singelo e, novamente, hilário relato do destino de um herói. Antológico é o texto da profetisa Cassandra, quando afirma: "Eu vejo desastres. Eu vejo catástrofes. E o pior: eu vejo advogados!".

Depois da fase nova-iorquina, onde seu amor pela megalópole aparece

em obras como *Manhattan*, *Contos de Nova York*, *Noivo neurótico, noiva nervosa*, entre outros, em 2005 Woody Allen muda, de moradia e temática, para Londres.

Novamente o lugar, o espaço vi-
vencial e a urbanidade aparecem
como pano de fundo para os filmes do
cineasta. E, sempre presente, a base
literária clássica tinge com cores cada
vez mais fortes o discurso cinemato-
gráfico do autor. Assim é com *O sonho
de Cassandra*, seu último trabalho.
Aqui, suas leituras dos clássicos rus-
sos aparecem com a lógica diacrôni-
ca com que constrói suas narrativas.
Fyodor Dostoyevsky,² com seu *Crime e
castigo*, é o caldo com que Allen pre-
para a abordagem de um tema pró-
prio da natureza humana: a culpa. Já
em *Crimes e pecados* e *Match point*,
a questão do herói solitário, dividido
entre o desejo e as conseqüências,
busca, no personagem central de *Cri-
me e castigo*, Rodion Romãnovitch
Raskólnikov, as nuances comporta-
mentais e filosóficas para a constru-
ção dos agentes das narrativas.

Em *O sonho de Cassandra*, Allen
vai mais longe. Disseca Raskólnikov e
o separa em dois, constituindo uma
persona dupla, apresentada como
dois irmãos que percorrem a mes-
ma estrada do personagem russo. As
mesmas convicções, desejos e, fun-
damentalmente, as mesmas culpas.
Como duas faces da mesma moeda, os
irmãos nos permitem sentir, vivenciar
e julgar cada lado da tridimensional-
idade própria da natureza humana.

No filme, os irmão Terry (Colin
Farrell) e Ian (Ewan McGregor) têm
sonhos típicos da juventude. Entre
eles, um barco que eles nomeiam
Cassandra. Aqui, Allen recorre nova-
mente ao mito da profetisa que tudo
vê. Mito que traz, em sua gênese a
duplicidade (Cassandra e seu irmão
gêmeo Heleno) e a idéia de um cami-
nho sem volta (as duas crianças saem

2 Fyodor Mikhailovich Dostoyevsky (1821-1881): um dos maiores escritores russos e tido como um dos fundadores do existencialismo. De sua vasta obra, destacamos *Crime e castigo*, *O idiota*, *Os demônios* e *Os irmãos Karamázov*. A esse autor a IHU On-Line edição 195, de 11-9-2006 dedicou a matéria de capa, intitulada *Dostoiévski. Pelos subterrâneos do ser humano*. (Nota da IHU On-Line)

“Em *O sonho de
Cassandra*, Allen vai mais
longe. Disseca
Raskólnikov e o separa em
dois, constituindo uma
persona dupla,
apresentada como dois
irmãos que percorrem a
mesma estrada do
personagem russo. As
mesmas convicções,
desejos e,
fundamentalmente, as
mesmas culpas. Como
duas faces da mesma
moeda, os irmãos nos
permitem sentir,
vivenciar e julgar cada
lado da
tridimensionalidade
própria da natureza
humana”

para brincar e ficam até perceber ser
muito tarde para voltar para casa). O
próprio mito é uma metáfora dos
irmãos e suas decisões das quais não
podem retornar. Na busca pela rea-
lização de seus anseios/sonhos, são
levados a cometer um crime do qual
um deles se arrepende amargamente
enquanto o outro busca razões que
justificariam os atos. Como Raskólni-
kov e seu dilema interno, como os ho-



mens e seus dilemas internos. Como
os heróis e seus dois caminhos, duas
possibilidades, duas conseqüências,
dois castigos, dois arrependimentos.

O homem frente a si mesmo. A
condição humana tratada com crueza
e isenção. Woody Allen, com *O sonho
de Cassandra*, nos propõe um espelho,
um reflexo de nossa existência. Pare-
ce ser, mais uma vez, a demonstração
do poder do cinema como lente, fria
e precisa.

* Coordenador Executivo do Curso de Realiza-
ção Audiovisual da Unisinos

LEIA MAIS...

>> Confira, na edição número 261, inti-
tulada *Carlos Roberto Velho Crine-Lima. Um
novo modo de ler Hegel*, a resenha *Uma tragédia
contemporânea*, escrita por André Dick sobre o
filme. O autor é doutor em Literatura Comparada
e revisor das publicações do Instituto Humanitas
Unisinos – IHU.

Invenção

Editoria de Poesia

Daniela Osvald Ramos

POR ANDRÉ DICK

Daniela Osvald Ramos nasceu em Alegrete (RS), em 1973. Formada em Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora de Novas Tecnologias da Comunicação na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Tem mestrado em Comunicação e Cultura, e cursa o doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Também trabalha como jornalista *freelancer*, pesquisa linguagens digitais e escreve poesia no blog *Caderno V* (<http://www.cadernocinco.blogspot.com.br>) desde 2003. Publicou na revista *Inimigo Rumor*, em edições do jornal de poesia *O Casulo*, na Zunâi (<http://www.revistazunai.com.br/>) e na plaquete *8 femmes*, além de traduzir o belga Henri Michaux.

O trabalho de Daniela se move na direção do contemporâneo. Ou seja, seus poemas tratam das relações atuais, enfocando o distanciamento existente entre pessoas e lugares, mesmo com a globalização. Não por acaso, eles seguidamente lidam com a velocidade da era moderna, com uma linguagem voltada às tecnologias. Este conhecimento traz um vocabulário um tanto inusitado para um campo que se percebe como poético. Mas Daniela não está interessada apenas em diluir fronteiras: ela traz, para o papel em branco, uma espécie de resíduo de imaginação que se possa entender como poético, como escreve no poema “Se debruçando”: “Debruçou-se sobre o papel / branco / / com finos traços

de / preto / / era um desenho / / imaginário. Não existe / ainda”.

Equilibra também seus poemas delimitados mais claramente em versos com narrativas poéticas. Nesse sentido, ela também torna seus poemas em quase-enigmas, com citações implícitas a filmes. Na narrativa poética “Depois de ver quatro curtas”, que Daniela enviou especialmente à *IHU On-Line*, ela revela um diálogo com o cinema onírico de David Lynch, diretor de filmes como *Veludo azul* e criador da série *Twin peaks*. O texto em questão remete a dois de seus filmes, que mais apelam para a questão dos sonhos: *Cidade dos sonhos* (que mostra duas mulheres abaladas pelo universo de Hollywood) e *Império dos sonhos* (que traz a atriz citada no texto de Daniela, Laura Dern). Do mesmo modo que os filmes de Lynch, há uma espécie de traço fantasioso e perturbador nas peças de Daniela.

Ao mesmo tempo, há um trabalho de ironia bastante presente no tom adotado dessa reflexão poética por meio de imagens cinematográficas, e Daniela seleciona um arsenal de cultura pop, com referências a músicas, desenhos animados, novelas, livros, *lan houses*. Em seus poemas ou narrativas poéticas, ela também mescla diálogos às reflexões. Os personagens costumam estar sempre de partida, como se fossem arquivos que não combinassem. Assim, escreve, entre a prosa e a poesia: “De tempos em tempos é necessário esvaziar o cache para aliviar os arquivos temporários e permanentes, assim pode-se ter mais

espaço para memórias recentes. Por outro lado é preciso: / registrar / / para não esquecer. / / apagar para lembrar / apagar para esquecer, esquecer para apagar”. Ou em outro poema: “Eu deveria inventar algo / não reciclar / DNAs / de máquinas antigas / irmãos / / o que também é bom / relembrar / guardar na memória / rígida e temporária”.

A poesia de Daniela acaba tratando, por outro lado, de um tema bastante recorrente na poesia, a solidão. Seus poemas, muitas vezes, lembram bilhetes, pequenos recados circunstanciais, mas que pedem sempre a presença de um outro que parece não estar presente: “e se eu escrever uma outra coisa, de um tempo qualquer? talvez de uma história ouvida no seriado da televisão, personagens, cidade. tudo terminava com uma pergunta instigante. logo depois se passava à investigação e constatação dos fatos, e assim a história terminava com uma quase conclusão: ‘neste caso, foi desse modo que aconteceu. e poderia acontecer de outro modo?’ em alguns casos sim, em outros não. isso depende muito da história”. Ou seja, parece que, apesar desse universo de escolhas e movimentos, entre viagens, o indivíduo procura o auxílio da página em branco, como em “Resolvendo”: “Se a felicidade se chama ‘meios de transporte’ / a mão cheirando a chocolate / entre espaços de embate, / então a mesinha ainda aberta / a lua ainda na janela / a descida em descoberto / luzes nas asas, / atravessando nuvens”. Daniela enviou, especialmente à *IHU On-Line*, alguns poemas inéditos.

Em um campo de estrelas, poemas de presença

Não mais poemas de ausência. Presente no ato.
Vantagens impermanentes? Arrisca —, vida. Vive. Como tudo —,

24/04/08

Finalmente em um quarto estreito, sozinha, em uma grande cidade estrangeira.

Finalmente sozinha, em um quarto amplo, em uma pequena cidade estrangeira. O presente ganha um peso. O passado está atrás. Vive (sempre com distrações), mas agora está mais presente do que todos os tempos.

Agora sabe de algo, quando antes não via nada. Vislumbra por quê sim e por quê não, quando sim e quando não. Não pode esquecer nunca de sua condição, sabe que não. Sabe que sim. Diz sim. Quer. Deseja. Se surpreende, alcança a sensação que perseguia, mesmo sabendo que não a teria com todas as oportunidades que se apresentavam. A intensidade, a entrega. Vive o presente.

*

Agora tem oportunidade para praticar o que leu nos livros. A solidão, a dúvida e a incerteza ainda habitam (como não, esta é a “condição”), mas agora dormem no quarto de hóspedes. Raramente acordam. Prefere cultivar o presente, que tem peso, está aqui. Tenta achar um equilíbrio entre a paixão e a necessidade de ter consciência da impermanência. Será possível? Está entregue, não há dúvidas. Cultiva sempre a paciência e a generosidade. Não pensa em nada além do presente, mas a mente vaga algumas vezes, como é de se esperar, como é a natureza. “Assim consigo seguir adiante”, pensa, sem o medo de antes. *Tout le plaisirs avec toi.*

Em uma viagem de trem no século XXI

Estações abandonadas de sentido, trem.

Ritmo antigo.

Sonolência extrema, entregue.

Sentir os sentidos.

Estação Ourense de São Francisco. Estações abandonadas nos povoados.

O exercício de afastamento interno tinha funcionado, aparentemente.

Não consegue se surpreender com quase nada (exceto com o prazer intenso que há muito não sentia). Qualquer lugar é um lugar para se estar, não há diferenças fundamentais, essenciais.

O lugar não importava (importava o tempo e o sentido).

Depois de ver quatro curtas

Imagens que não têm lugar, aparentemente sem sentido. Com os mesmos protagonistas. Em diversos lugares e situações diferentes. O sentido subjaz e aparece sem que o consigamos pensá-lo exatamente. O sentido é sentido. Não está explícito. Sensações que mudam com as cenas. Acompanhando os mesmos protagonistas em diferentes histórias e imagens tem a impressão de acompanhar a si mesma. Precisa ver o outro para se ver?

+

Cheguei 4h30 de uma viagem - Rio - SP, a princípio não dormi. Depois das 2h consegui dormir e acordei com uma luz na cara no Terminal Rodoviário Tietê. Depois fui para casa. Deitei na cama. Sensação estranha. Era minha cama, mas não conseguia dormir. Demorei, pelas contas, talvez duas horas. Tive sonhos horríveis. Antes, tentava acordar e não conseguia, gritava, alguém tentava entrar na minha casa. Depois, uma mulher e uma filha moravam na minha casa. Uma criança, menina, tinha sido enterrada na piscina. Os azulejos tinham sido removidos e isso era prova de que a criança tinha sido enterrada ali. Era horrível, eu tinha medo de estar ou de morar aqui/ali, e era verdade. Depois, pessoas: platéia. David Lynch: eu a olhava tropeçar no mesmo tronco de árvore: duas cenas diferentes com duas mulheres loiras diferente. Laura Dern era uma delas: eu olhava as cenas, eu precisava ver as cenas de qualquer modo, de vários ângulos diferentes. Foi a noite mais difícil que tive nesta casa, neste apartamento. De alguma forma era eu, mas não conseguia ver.

18/01/08

Imagens

Emprestei as imagens do filme para o sonho. A mesma cena era vista duas vezes com duas mulheres diferentes.

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 17-06-2008 a 21-06-2008.

“Há muita demagogia sobre a honestidade política das elites rio-grandenses”

Entrevista com Mário Maestri

Confira nas Notícias do Dia 17-06-2008

“No frigor dos ovos, não há diferenças de qualidade entre o governo federal e estadual, tanto nas soluções políticas como no comportamento ético”, opina Mário Maestri. Segundo ele, as ações mais duras e midiáticas contra os movimentos sociais parecem ser uma boa alternativa política para Yeda Crusius.

Uma vida na América Latina a serviço da libertação

Entrevista com José Comblin

Confira nas Notícias do Dia 18-06-2008

José Comblin veio ao Brasil para combater o comunismo e viu que aqui, na verdade, havia uma grande preocupação social. Ele nos conta, nessa entrevista, um pouco da sua trajetória e do seu pensamento.

SUS: “A proposta é extremamente avançada”

Entrevista com José da Rocha Carneiro

Confira nas Notícias do Dia 19-06-2008

Para o epidemiologista, o SUS tem muitos avanços, mas ainda precisa rever algumas concepções para que a popu-

lação não se sinta desassistida.

Uma crise que gera outras crises

Entrevista com Jose Carlos Tubino

Confira nas Notícias do Dia 20-06-2008

Uma crise sem perspectivas de término. Essa é a crise dos alimentos que vem sendo agravada cada vez mais por fatores inter-relacionados, gerando outras crises, como a energética. O representante da FAO no Brasil falou à **IHU On-Line** sobre as consequências dessa crise e sobre o que podemos fazer para amenizá-la.

O olhar da Teologia Pública sobre a educação e o avanço tecnológico

Entrevista com Max Stackhouse

Confira nas Notícias do dia 21-06-2008

O professor estadunidense faz um paralelo entre o papel da teologia pública no século XXI, o espaço da ética e o desenvolvimento tecnológico.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU — www.unisinos.br/ihu, no dia 18-06-2007

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.unisinos.br/ihu).

Dia 24-06-2008	
<i>Colóquio Internacional A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX</i> Painel: Perspectivas de estudo sobre a população luso-brasileira nos primórdios do século XIX Coordenação: Maria Silvia Bassanezi (NEPO-UNICAMP) – Vice-Coord. do GT População e História ABEP / Integrante do GP Demografia e História CNPq, Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Beatriz Nizza da Silva (Universidade Aberta - Portugal) e Eni Samara (USP) Horário: das 19h45min às 22h Local: Auditório Central	
Dia 25-06-2008	
<i>Colóquio Internacional A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX</i> Mesa-redonda 1: Fontes para o estudo da População e da Sociedade luso-brasileira nos primórdios do século XIX Coordenador: Paulo Roberto S. Moreira (Unisinos) Participantes: Renato Venâncio (UFOP – Arquivo Público do Estado de MG) e integrante do GP Demografia e História CNPq, Carlos Bacellar (USP – Arquivo Público do Estado de SP) e integrante do GP Demografia e História CNPq, e Antonio Otaviano Vieira Júnior (UFPA) e integrante do GP Demografia e História CNPq Horário: das 19h45min às 22h Local: Auditório Central Palestra: “Dom João VI: As imagens do Rei” – Ismênia Martins – UFF e FAPERJ Das 17h às 18h30min, na sala 1G119	
Dia 26-06-2008	
<i>Colóquio Internacional A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX</i> Mesa-redonda 2: Cultura e Sociabilidade no Brasil nos primórdios do século XIX Debatedora: Ismênia Martins (UFF – FAPERJ) Participantes: Lorelai Kury (FIOCRUZ), Lúcia Bastos das Neves (UERJ), Jurandir Malerba (UNESP-Franca/SP) e Ruth Gauer (PUCRS)	
Dia 26-06-2008	
<i>IHU Idéias</i> A comunicação paulina e as práticas publicitárias: análise das cartas canônicas de São Paulo via o contexto da publicidade e propaganda Palestrante: Denis Simões – Unisinos Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G119 – Instituto Humanitas Unisinos – IHU	
Dia 27-06-2008	
<i>Colóquio Internacional A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX</i> Mesa-redonda 3: Etnias, ocupação de território e projetos de civilização no Brasil nos primórdios do século XIX Debatedor: Fábio Kühn (UFRGS) Participantes: John Monteiro (UNICAMP), Manolo Florentino (UFRJ) e Helen Osório (UFRGS) Horário: das 19h45min às 22h Local: Auditório Central	
Dia 30-06-2008	
<i>Encontros de Ética</i> Nós e a natureza: (re)construindo vínculos a partir de uma Ecocidadania Palestrante: Profa. MS Liz Beatriz Sass - Feevale Horário: segunda-feira, das 17h30min às 19h Local: Sala 1G119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	

Nós e a natureza: (re) construindo vínculos a partir de uma Ecocidadania

Para Liz Beatriz Sass, precisamos reconhecer que a questão ecológica nos impõe desafios diários e que não se trata de vestir uma camiseta para proteger a Amazônia

POR BRUNA QUADROS

Na tentativa de salvar o Planeta, que sofre com as agressões provocadas, principalmente, pelas ações do homem, a alternativa é apostar na Ecocidadania. Segundo a Profa. MS Liz Beatriz Sass, em entrevista concedida por e-mail à revista **IHU On-Line**, a partir do momento em que a Ecocidadania busca resgatar o caráter ético das normas ambientais, permite-se o surgimento de uma reflexão crítica quanto ao vínculo homem-natureza. Mais do que preocupação com o meio ambiente, “o que o pensamento ecológico exige é o resgate do sentido do vínculo entre o homem e a natureza”, frisa. Para a professora, a perspectiva ecológica no conceito de cidadania exige a formação de um pensamento que reflita a heterogeneidade, a possibilidade da diferença. Neste sentido, a Ecocidadania pode ser vista como “uma proposta aberta ao respeito ao outro e à integração das diversidades existenciais, tendo como fundamento um estado de espírito solidário, no qual o ser humano ama o ambiente em que vive, não em virtude do seu utilitarismo, e sim porque nele vê um outro ser amado”, ressalta Liz. A professora estará no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 30 de junho, para discutir o tema “Nós e a natureza: (re) construindo vínculos a partir de uma Ecocidadania”.

Liz Beatriz Sass é especialista em Direito Empresarial, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e mestre em Direito Público, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Atualmente, é assessora jurídica na área ambiental, tendo dedicado os últimos anos ao estudo dos danos ambientais no agronegócio. Também é professora nos cursos de Direito e de Administração do Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo.

IHU On-Line - Na sua visão, por que é necessário (re) construir vínculos entre o homem e a natureza? Como você vê esta relação na sociedade contemporânea?

Liz Beatriz Sass - O estudo do pensamento filosófico do Ocidente nos permite verificar que os filósofos pré-socráticos utilizavam o termo *physis* para designar um processo de surgir, de desenvolver-se, que abarcava a totalidade das coisas. Para esses filósofos, a natureza era considerada “uma força de crescimento e não esse reservatório de materiais e de energias que o

homem tende a dominar, para dele se tornar mestre e possuidor”. Contudo, os derivados da expressão *physis* não garantiram a compreensão desse significado, o qual se perdeu no transcorrer da história. O cientificismo permitiu ao homem dominar o que até então era intangível, ou seja, a natureza, e, de agora em diante, ele pode descobrir os diversos mistérios que cercam a vida, tornando-se seu legítimo proprietário. Nasce, assim, o dualismo, que determina a ruptura entre sujeito e objeto, o qual resulta na perda do vínculo com a natureza. A partir de então, a na-

tureza e o homem encontram-se contrapostos e não apresentam quaisquer vínculos. Assim, a atual crise ecológica impõe a transcendência desse confinamento como algo necessário. Desse modo, a questão ecológica não pode mais ser analisada de forma isolada, mas deverá integrar os três registros ecológicos propostos por Félix Guattari,¹ permitindo que a ecologia esteja

¹ Félix Guattari (1930-1992): psicanalista francês, pensador, militante, admirado por movimentos de esquerda alternativos, autor de um dos livros mais discutidos entre os anos 1970/80, *O anti-Édipo*, escrito em par-

articulada com as relações sociais e a subjetividade, o que significa (re) criar o vínculo que une homem e natureza, no intuito de criar relações solidárias e éticas com o entorno. O resgate desse vínculo é possível mediante a construção de uma Ecocidadania, a qual pressupõe não apenas o aparelhamento do discurso jurídico preocupado com o ambiente, mas também uma nova forma de posicionamento do homem em relação ao ambiente.

IHU On-Line - O que muda no conceito de cidadania, a partir do momento em que pensamos no contexto das questões ambientais?

Liz Beatriz Sass - Costumamos pensar no conceito de cidadania enquanto um emaranhado de direitos reconhecidos pelo Estado aos seus cidadãos, cujo objetivo consiste em garantir-lhes uma vida humana digna. Não acredito neste conceito de cidadania no que diz respeito à questão ambiental. A Ecocidadania referida em minhas pesquisas parte da hipótese de que a crise ambiental exige mais do que um discurso jurídico devidamente normatizado e protetivo do ambiente. O que o pensamento ecológico exige é o resgate do sentido do vínculo entre o homem e a natureza. Por isso, torna-se necessário estabelecer uma mutação na percepção humana quanto à natureza. A Ecocidadania, então, impõe uma nova revolução copernicana, capaz de influenciar o imaginário até então dominante sobre a natureza e a postura do homem diante da própria vida. É preciso abandonar a visão de uma natureza de bichos de pelúcia. Precisamos reconhecer que a questão ecológica nos impõe desafios diários e que não se trata de vestir uma camiseta para proteger a Amazônia. A proteção do meio ambiente exige que mudemos o estilo de vida que adotamos até hoje. Nesse contexto, acredito que as normas ambientais devem ser construídas sobre relações as quais envolvam o caráter ético, pois a atual conjuntura exige que o Direito adote uma perspectiva ecológica caracterizada pelo caráter emancipatório e não apenas regulatória com o filósofo francês Gilles Deleuze. Guattari visitou várias vezes o Brasil. (Nota da IHU On-Line)

“Temos o mandamento constitucional de não apenas exigir do Estado que cumpra e faça cumprir as normas ambientais, como também temos o dever de atuar na preservação ambiental”

tório, o que significa reconhecer que cada um tem um papel significativo a realizar nesta nova conjuntura.

IHU On-Line - Em que medida a Ecocidadania contribui para a reconstrução de vínculos tanto entre seres humanos quanto entre os seres humanos e a natureza?

Liz Beatriz Sass - Atualmente, as normas jurídicas que pretendem proteger a natureza não visam causar rupturas no modo como a sociedade se posiciona em face ao ambiente, uma vez que apenas quantificam e impõem limites à intervenção do homem sobre a natureza. Acredita-se que, em parte, a ineficácia do discurso jurídico em torno do ambiente advém do fato de que este é decorrência de uma concepção fragmentada sobre o ecossistema, na qual o homem perdeu o sentido do vínculo das suas relações com a natureza. Por conseguinte, a partir do momento em que a Ecocidadania busca resgatar o caráter ético das normas ambientais, permite-se o surgimento de uma reflexão crítica quanto ao vínculo homem-natureza.

IHU On-Line - Que políticas são desenvolvidas, atualmente, para promover a Ecocidadania?

Liz Beatriz Sass - O artigo 225 da Constituição da República de 1988 reconhece o direito-dever ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, temos o mandamento constitucional de não apenas exigir do Estado que cumpra e faça cumprir as normas ambientais, como também temos o dever de atuar na preservação ambiental. Nesse contexto, a legislação ambiental reconhece uma série de instrumentos que possibilitam ao cidadão lutar pela questão ecológica, tais como as audiências públicas, a legiti-

midade para a propositura de ações etc. Por outro lado, nos impõe o dever ético de agir em conformidade com o paradigma ambiental, o que significa rever nossa forma de (inter) agir perante o mundo que nos cerca.

IHU On-Line - No que implica ser um “Ecocidadão”, diante desta necessidade de lutar pela preservação e respeito ao meio ambiente?

Liz Beatriz Sass - A objetificação e a dessensibilização das interações entre as pessoas e o entorno no mundo contemporâneo sedimentou a perda da sensibilidade humana. Nesse aspecto, faz-se necessário resgatar a ressingularização do indivíduo, por meio da qual cada um deve ser considerado sob uma óptica ecológica que busque a alteridade no lugar da uniformidade de pensamento. Por conseguinte, a perspectiva ecológica no conceito de cidadania exige a formação de um pensamento que reflita a heterogeneidade, a possibilidade da diferença. A ética da alteridade baseia-se na concepção de que o reconhecimento do diferente deve realizar-se através de um encontro solidário, a respeito do qual devemos estar sempre dispostos ao outro. Acredito que esse marco referencial ético deve consubstanciar o reaprendizado do convívio humano com a natureza, permitindo ao homem estabelecer vínculos não de dominação, mas de solidariedade, transcendendo a contraposição entre a ética biocêntrica e a antropocêntrica. Trata-se, assim, de uma proposta aberta ao respeito ao outro e à integração das diversidades existenciais, tendo como fundamento um estado de espírito solidário, no qual o ser humano ama o ambiente em que vive, não em virtude do seu utilitarismo, e sim porque nele vê um outro ser amado.

Como a publicidade consolidou a fé cristã

A comunicação paulina e as práticas publicitárias: análise das cartas canônicas de São Paulo por meio do contexto da publicidade e propaganda é o tema do evento IHU Idéias

POR BRUNA QUADROS

“**E**m grande parte da história da humanidade, seja por recursos visuais ou orais, o homem publicizou e transmitiu publicamente suas mensagens, dotado de intencionalidade, objetivando vários fins.” A afirmação é do publicitário Denis Gerson Simões, em entrevista concedida por e-mail à revista **IHU On-Line**, sobre o tema do evento IHU Idéias. Uma das esferas a que a publicidade sempre atendeu foi a religiosa, a qual disseminou os conhecimentos acerca da doutrina do cristianismo e, assim, os consolidou. “As cartas canônicas de São Paulo são alguns dos indícios desse processo de disseminação da informação no decorrer dos tempos, não sendo os primeiros e nem os últimos”, explica Simões. Para ele, é o contexto publicitário, não comercial, dotado de organização por parte dos missionários e estratégias para dialogar com diferentes públicos, que possibilitou a consolidação da crença cristã. No dia 26 de junho, o publicitário estará na sala 1G119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU para discutir “A comunicação paulina e as práticas publicitárias: análise das cartas canônicas de São Paulo via o contexto da publicidade e propaganda”, seu objeto de estudos na conclusão do curso de Publicidade e Propaganda.

Denis Gerson Simões é bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e licenciando em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Economia, Política e Sociedade (CEPOS) e coordena atividades culturais no Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre.

IHU On-Line - Como você percebe a trajetória histórico-cultural da publicidade, a partir das cartas canônicas de São Paulo?

Denis Simões - Primeiramente, é importante apontar a idéia de publicidade aqui utilizada, já que seria promover um anacronismo extremo transpor para o século I D.C. um princípio publicitário capitalista. Vê-se a publicidade como ação de divulgar publicamente uma informação, como anúncio pública inten-

cional, projetando a disseminação de um conhecimento. A partir dessa emissão, há uma contrapartida de um valor, que não necessariamente é um bem econômico ou material. Trata-se de uma atuação atemporal da comunicação humana, cerne da publicidade como um todo. Em muitos casos, ela está seguida da propaganda, de uma tentativa de persuasão, de plantar uma idéia. É possível, observando por esta definição, verificar a existência de publicidade

em uma realidade externa ao capitalismo e, por sua vez, muito mais ampla do que sua concepção como reclame comercial. Em grande parte da história da humanidade, seja por recursos visuais ou orais, o homem *publicizou* e transmitiu publicamente suas mensagens, dotado de intencionalidade, objetivando vários fins. As cartas canônicas de São Paulo são alguns dos indícios desse processo de disseminação da informação no decorrer dos tempos, não sendo os

“Os apóstolos e seguidores de Jesus eram pessoas normais como quaisquer outras da época e suas opiniões também acabavam influenciando nas suas pregações sobre o Cristo”

primeiros e nem os últimos. Através de diferentes meios e métodos, formas de publicidade já eram realizadas nos povos da Antiguidade, como se pode ver no Egito, por exemplo, onde muitos dos afrescos tinham o intuito de transmitir mensagens a grande público, seja ele humano ou divino.

IHU On-Line - De que forma o contexto da publicidade e da propaganda contribuiu para a disseminação dos princípios fundamentados no cristianismo?

Denis Simões - O cristianismo, assim como muitas seitas provenientes do judaísmo, teve interlocutores que, oralmente, explanavam sobre suas crenças em meios públicos e acabavam conseguindo seguidores, seja pra si, seja para a causa defendida, neste caso, a fé em Jesus de Nazaré. Mas, diferente de uma mera explanação pública desinteressada, as anúncios promovidas por estes cristãos tinham intencionalidade clara, a de difundir a fé no Cristo e que os ouvintes passassem a também crer nela, retransmitindo-a. Este contexto publicitário, não comercial, dotado de organização por parte dos missionários e estratégias para dialogar com diferentes públicos, possibilitou consolidar a crença cristã. Esta ação comunicacional de tornar pública a mensagem da salvação e de propagá-la, promovendo uma forma de publicidade e propaganda daquele tempo, foi fundamental para que a

crença cristã ganhasse consistente número de fieis, possibilitando, mesmo frente a diversidades, alcançar posteriormente a cúpula do Império Romano, tornando-se a religião oficial. Pode-se supor que a crença em Jesus pudesse ter desaparecido sem muita demora, assim como aconteceu com tantas outras da época, caso a disseminação da palavra ocorresse de modo desordenado e sem uma comunicação persuasiva voltada ao grande público. Até porque era comum neste período na Palestina que pequenos grupos religiosos, políticos ou étnicos fossem exterminados de acordo com os interesses dos romanos que lá dominavam.

IHU On-Line - Qual é a influência do processo de comunicação publicitária nos textuais canônicos, que acabaram resultando na Bíblia, para a consolidação da imagem de Jesus de Nazaré diante do seu povo?

Denis Simões - Os apóstolos e seguidores de Jesus eram pessoas normais como quaisquer outras da época e suas opiniões também acabavam influenciando nas suas pregações sobre o Cristo. Uma parte deles era composta por formadores de opinião do período, sendo letrados e com distinções sociais. As habilidades na oratória, quando explanavam sobre Jesus e tornavam pública sua história, destacavam alguns discípulos, que passaram a ser conhecidos e suas mensagens respeitadas, como foi o caso de São Paulo. Muitos dos

textos que compõem a Bíblia são frutos desses vocacionados. Em muitas das explanações orais ou escritas, os missionários acabavam não só apresentando ao povo o que Jesus tinha dito ou feito, mas também seguiam as interpretações sobre o salvador e suas idéias, muitas vezes mais embasadas na fé do que em relatos de testemunhas oculares. Frye¹ coloca que “claramente a Bíblia é um livro violentamente partidário: e como em qualquer outro caso de propaganda, a verdade é aquilo que o escritor pensa que deva ser a verdade”.² Com certeza, as visões pessoais desses primeiros propagadores, com destaque no ato de tornar públicas as mensagens da fé cristã, acabaram influenciando na imagem que hoje fazemos de Jesus, até porque grande parte deles não chegou a conhecê-lo e transmitiu o que achava ser certo do que recebeu de outros.

IHU On-Line - Em seus estudos, você afirma que as Epístolas de São Paulo eram como verdadeiras publicidades da fé cristã, todavia em contexto distinto do exercício de um publicitário de uma agência, nos dias de hoje. Neste sentido, que meios eram utilizados para tornar pública e propagar uma mensagem religiosa?

Denis Simões - No período do chamado cristianismo primitivo, ler não era uma hábito para todos. A maior parte da sociedade tinha sua base em uma cultura oral. Mesmo dentro das comunidades hebraicas ou helênicas, que eram conhecidas por uma maior alfabetização, esse hábito era voltado a alguns segmentos da população. Não por acaso, o ofício de escriba era ainda de grande importância, pois mesmo os letrados faziam uso de seus serviços. Desta forma, o texto escrito por si só não representava uma comunicação voltada ao

1 Herman Northrop Frye (1912-1991): foi um dos mais célebres críticos literários canadenses. Chegou à proeminência internacional quando ainda era estudante. Na obra *O código dos códigos*, examinou como as cenas e imagens da Bíblia são a base de toda a literatura ocidental. (Nota da IHU On-Line)

2 Frye, Northrop. *O código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. (São Paulo: Boitempo, 2004). (Nota do entrevistado)

**“Em muitas das
explicações orais ou escritas, os missionários
acabavam não só apresentando ao povo o que Jesus
tinha dito ou feito, mas também seguiam as de
interpretações sobre o salvador e suas idéias, muitas
vezes mais embasadas na fé do que em relatos de
testemunhas oculares”**

grande público. O que contornava esta carência de leitores, além da própria problemática da multiplicação dos textos, já que ainda não existia a imprensa, eram as leituras públicas. A própria decora de textos era uma prática da época, principalmente, para os incumbidos da transmissão de mensagens, com destaque às sacras. Foi através dessa retransmissão oral que se pode dizer que o textual canônico foi tornado público e propagado, seja em praças ou em encontros fechados, como em algumas sinagogas. Quando São Paulo escrevia uma carta para uma comunidade, seja para preparar sua visita, seja devido a alguma eventualidade, ele mandava essa correspondência através de um emissário, que seria seu interlocutor. Desta forma, o documento seria transmitido de modo oral, geralmente na língua local do receptor. A própria escolha de quem o representaria não ocorria aleatoriamente, dependendo do objetivo proposto para a missão.

IHU On-Line - Oliviero Toscani disse que a maior campanha publicitária da história da humanidade foi a de Jesus Cristo e que esta foi desenvolvida por sua agência: os apóstolos. Qual a sua visão sobre esta afirmação?

Denis Simões - Toscani,³ muitas vezes, no decorrer de sua vida profissional se confrontou com os princípios da Igreja. Ao apresentar anúncios com elementos agressivos à doutrina católica, como o caso da imagem que simbolizava um padre e uma freira se beijando, de um jovem à beira da morte que claramente se parecia com Jesus, além de fotos com genitálias e preservativos, o fotógrafo-publicitário conseguiu criar polêmica, principalmente, em meio à tradicional sociedade italiana. Sua frase sobre a campanha publicitária de Jesus Cristo e da agência dos apóstolos,⁴ dentro do contexto em que é apresentada, nada mais é do que uma outra afronta à Igreja. O próprio título do capítulo onde esta frase se insere é “Cruz, Suástica e Coca-Cola”, indiretamente, ligando essa publicidade condenada pelos

3 Oliviero Toscani (1942): fotógrafo italiano conhecido pelas polêmicas campanhas publicitárias criadas para a marca Benetton, durante os anos 1990. Uma de suas campanhas mais famosas inclui um homem morrendo de AIDS, chorando em uma cama de hospital, rodeado por seus parentes. Outras incluem alusões ao racismo (uma muito notável mostra três corações humanos quase idênticos com as palavras branco, preto e amarelo como legenda), a guerra e a religião. (Nota da IHU On-Line)

4 A agência dos apóstolos é uma referência aos seguidores de Jesus Cristo. Esta frase encontra-se no livro escrito por Oliviero Toscani, com o título irônico *Publicidade é um cadáver que nos sorri* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2005). (Nota do entrevistado)

católicos à própria origem do cristianismo, já que a Igreja teria sido produto da publicidade. Por outro lado, observando a frase em uma realidade descontextualizada da polêmica de seu autor e ainda considerando-a como representação alegórica, pode-se promover uma nova leitura de seu significado. Uma relação cabível de ser feita é ligar essa alegoria ao empenho dos apóstolos e seguidores de Jesus para propagar sua mensagem da salvação, promovendo também uma publicidade dela, o que possibilitou que o cristianismo se tornasse o conjunto das religiões hegemônico na cultura ocidental. De toda forma, uma análise criteriosa dessa expressão pode evidenciar que esse apontamento de Toscani é, no mínimo, equivocado, pois não considera outros fatores externos a própria publicidade.

IHU On-Line - De que forma a temática publicitária dialoga com a temática teológica, com o intuito de consolidar a imagem do pensamento cristão e da própria Igreja?

Denis Simões - A publicidade e a propaganda são elementos presentes na comunicação humana, principalmente na vida em sociedade, seja ela em meio político, econômico, teológico. Assim, ela é uma forma de comunicação presente no cotidiano social, auxiliando no diálogo constante das comunidades. A publicidade, em especial, não é um produto do capitalismo, mas foi ressignificada por ele a fim de suprir necessidades do mercado, por isso sua popularização como informe comercial. Mas ela não é um produto voltado somente ao lucro. A teologia e a publicidade dialogam constantemente, ao longo da história, pois a mensagem cristã foi, e ainda é, igualmente levada a público, difundida e propagada de modo intencional. O que ocorreu, com a ampliação das tecnologias, é que essa publicidade ganhou novos meios de chegar ao seu receptor e também ganhou novas funções. A formação da Igreja e do pensamento cristão foi uma resposta a essa mensagem original, sendo constantemente retransmitida, também sendo alterada e reinterpretada.

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA NO SÍTIO DO IHU
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Perfil Popular

POR PATRICIA FACHIN

Gerson Antonio da Silva, 62 anos, é um dos moradores mais antigos da Vila Brás. Integrante da Associação de Moradores, ele acompanhou de perto as evoluções da região e foi um dos responsáveis pela mobilização popular da comunidade. Em conversa com a equipe da IHU On-Line, Gerson Baiano, como é conhecido no bairro, conta sua história de vida e fala sobre a militância política, seguida desde os 16 anos.

PATRICIA FACHIN



Descendente de italianos, Gerson nasceu no município de São Francisco de Paula, na serra gaúcha. Filho de comerciante, ele teve uma infância tranquila e, mesmo com todas as dificuldades da vida interiorana, conseguiu estudar. “Apesar de morar na colônia, eu nunca trabalhei. Durante o segundo grau, estudei em um colégio de padres, onde fiquei interno. O colégio era muito rígido. Os padres não deixam os alunos se organizarem em grupos para fazer mobilizações, mas eu sempre participava de movimentos que reivindicavam melhoras”, lembra. Desde jovem, Gerson Baiano era contestador e,

“Os militantes não queriam me deixar participar, porque eu era menor de idade, mas insisti até convencê-los. Foi nesse período que ganhei o apelido de Baiano”

“Acredito que existe um Deus maior. Mas não confio nas religiões. Elas pregam muita hipocrisia. Por trás das pregações, tem muito interesse. Todas as igrejas vendem a imagem de Cristo. Por isso eu não sigo nenhuma religião”

quando vivia com a família, protestava em prol dos empregados, provocando discussões ferrenhas com seu pai. “Meu pai era comerciante e sempre foi de direita. Eu e meu irmão não concordávamos com as barbaridades que ocorriam no interior. Os latifundiários contratavam ‘uns coitados’ e pagavam seus serviços com um pouco de comida. Eu sempre achei isso um absurdo.”

Com 16 anos, quase concluindo o segundo grau, ele decidiu abandonar os estudos e seguir na militância política, lutando em favor dos menos favorecidos. Nessa época, em plena Ditadura Militar, participou do Grupo dos 11, fundado por Brizola.¹ “Os militantes não queriam me deixar participar, porque eu era menor de idade, mas insisti até convencê-los. Foi nesse período que ganhei o apelido de Baiano”, conta. Perseguido pelos militares, dos 17 aos 23 anos ele precisou mudar de residência várias vezes. Nesses sete

anos, trabalhou em várias empresas. De motorista, acabou se especializando como construtor de obras. No estado, morou em Alvorada e Porto Alegre. Depois, mudou-se para Santa Catarina e, ao regressar ao Rio Grande do Sul, instalou-se em São Leopoldo, onde foi contratado para trabalhar como mestre de obras na construção da ponte do Rio dos Sinos.

Com o fim da Ditadura, Gerson Baiano decidiu fixar residência na região metropolitana. Com muito custo comprou um terreno em São Leopoldo. “Fui o quarto morador da Brás. Naquela época paguei muito dinheiro pelo terreno, o que equivale hoje a uns 15 mil reais”, lembra. “Quando minha casa estava quase pronta, deu uma enchente e cobriu toda a construção. Fiquei sem nada.” O episódio, juntamente com a falta de infraestrutura o levaram, em 1980, a retomar a militância e a criar a Associação de Moradores da Vila Brás. Com o apoio da comunidade e a solidificação da associação, conta, “passamos a pressionar os políticos com mais autoridade e aos poucos o cenário da Brás foi se modificando”.

Hoje, Gerson Baiano é mestre de obras da prefeitura de São Leopoldo, mas conta que nunca foi ligado a um partido e tampouco deu importância para isso em suas ações na comunidade. “Na Brás, nunca arrecadamos votos para políticos. Sempre trabalhamos para conquistar melhorias para a

comunidade”, afirma.

Casamento

Gerson Baiano casou-se duas vezes. Do primeiro casamento, que durou quatro anos, teve dois filhos. Da segunda união, nasceram outros cinco. Há um ano, ele ficou viúvo e ainda lembra com emoção e saudade da esposa. “Ela era uma pessoa exemplar. Sempre segurava a barra lá em casa e ainda me acompanhava na militância política. Foi uma perda lamentável.” Ele conta que até hoje não consegue compreender a morte da esposa. “Em março do ano passado, sofremos um acidente de carro. Fomos para o hospital, mas ela logo foi liberada e eu fiquei internado por alguns dias. Quando voltei para casa, ela estava ruim. Levei ela para o hospital Centenário e constaram que ela tinha uma cirrose hepática. Ela ficou um mês internada e faleceu”, conta. Hoje, Gerson mora com uma filha e o genro.

Fé

A família de Baiano sempre foi muito católica, mas ele não segue nenhuma religião. “Acredito que existe um Deus maior. Mas não confio nas religiões. Elas pregam muita hipocrisia. Por trás das pregações, tem muito interesse. Todas as igrejas vendem a imagem de Cristo. Por isso eu não sigo nenhuma religião”, reitera.

Política

Como militante, ele conta que se orgulha de ver Lula na presidência. “Todos apostavam que o governo dele seria um fracasso. Mas ele foi o único presidente que enxergou o pobre. No início do seu governo, eu era contra o Bolsa Família, mas hoje vejo o programa como uma boa iniciativa para a população carente.”

Sonho e futuro

Gerson Baiano não tem muitos sonhos. Diz que aos 62 anos já conseguiu cumprir sua missão, ajudando as pessoas a construir uma vida melhor. Mas revela uma insegurança quando pensa no futuro dos filhos e netos. “Me preocupo com o futuro deles, pois hoje não temos políticos que garantam melhoria.”

¹ Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira no sítio do IHU, (www.unisinos.br/ihu), a versão eletrônica do *Cadernos IHU em formação*, intitulada *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. (Nota da IHU On-Line)

PARTICIPE DOS EVENTOS DO IHU CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM WWW.UNISINOS.BR/IHU

IHU Repórter

Yeda Swirski de Souza

POR GRAZIELA WOLFART

Na edição desta semana, contamos a história de vida de Yeda Swirski de Souza. Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Unisinos, a porto-alegrense, filha de imigrantes da Polônia, conta como uniu a Psicologia e a Administração para se dedicar à área do comportamento organizacional. Acompanhe, a seguir, a trajetória da mãe de Marco e Marianne, que sonha em escrever um livro e morar fora do Brasil para um pós-doutorado.

FOTO GRAZIELA WOLFART



Origens e infância - Nasci em Porto Alegre e tenho dois irmãos mais velhos. Lamentavelmente, minha irmã não está mais entre nós, a perdemos muito cedo. Meu irmão também se dedicou à vida acadêmica e foi alguém que me influenciou. Meus pais eram imigrantes. Vieram da Polônia depois da guerra, em 1947. Havia alguns familiares aqui no

Brasil que os resgataram e, por essa razão, vieram a Porto Alegre. Minha infância foi urbana, sou uma criança de apartamento. Mas foi bacana, alegre, com convívio familiar muito intenso.

Formação - Estudei o primário, o ginásio e o científico no Colégio Israelita de Porto Alegre. Logo que terminei esta etapa,